

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	8
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	14
5.5 - Alterações significativas	21
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	22

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	23
10.2 - Resultado operacional e financeiro	54
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	57
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	58
10.5 - Políticas contábeis críticas	61
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	64
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	66
10.8 - Plano de Negócios	67
10.9 - Outros fatores com influência relevante	68

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma política de gerenciamentos de riscos aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de agosto de 2019.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A política de gerenciamento de riscos tem como objetivo estabelecer diretrizes, controles, procedimentos e responsabilidades relacionadas à identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar a realização das suas estratégias e objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos envolve todas as áreas da Companhia, e é integrado às metas e objetivos estratégicos de seus negócios. O gerenciamento de riscos da Companhia requer participação ativa de todos os colaboradores, aplicação das melhores práticas e a disseminação da cultura e do conhecimento de mitigação dos riscos em todas as suas instâncias.

O processo de gerenciamento de riscos é composto pelas seguintes etapas, desenvolvidas de maneira integrada e contínua: (i) identificação; (ii) avaliação; (iii) priorização; (iv) definição das recomendações; (v) implantação das ações; e (vi) monitoramento.

Ao adotar um processo de gerenciamento de riscos, os principais benefícios esperados pela Companhia são:

- Melhoria dos resultados e perenidade do negócio;
- Aumento da transparência dos riscos aos quais a Companhia está sujeita, bem como das estratégias de mitigação e eficácia das mesmas;
- Integração da gestão de riscos como parte das atividades das Áreas de Negócio;
- Elevação do nível de maturidade em gestão de riscos;
- Difusão da cultura de gestão de riscos em todos os níveis da Companhia; e
- Contribuição para a busca da excelência na gestão empresarial.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 e busca proteção para as principais categorias de risco que possa impactar suas atividades e operações:

- Riscos operacionais – são riscos que envolvem a operação, sistemas de informação, processos, controles internos, clientes, receitas e outros ativos que podem implicar perdas financeiras, danos de reputação e imagem, declínio do resultado da Companhia, dentre outros;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Riscos estratégicos – são riscos que podem impedir ou afetar o atingimento das decisões estratégicas da Companhia para os objetivos do negócio;
- Riscos financeiros – são riscos decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros. Os riscos financeiros também englobam os riscos de crédito, causados por falhas de cliente ou contraparte de um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais, que podem ocorrer principalmente dos recebíveis originados por clientes do varejo, por aplicações financeiras e riscos de liquidez; e
- Riscos de Compliance: são riscos causados pela falha no cumprimento de leis, regras, regulamentos e políticas internas de ética e conduta, ou pela existência de processos em aberto ou processos futuros que podem resultar em perda financeira e prejudicar a imagem e reputação da Companhia.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia identifica e trata os riscos a que está exposta de forma controlar suas atividades e sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais, a fim de garantir que:

- Os riscos de negócio sejam identificados, avaliados e minimizados a um nível aceitável;
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, minimizando os custos associados a atividades de controle desnecessárias e/ou a riscos não controlados;
- As áreas potenciais de conflitos de interesse sejam identificadas e os riscos associados sejam minimizados visando assegurar o cumprimento dos fundamentos corporativos, princípios e valores empresariais, bem como, do Código de Conduta;
- Todos os gestores exerçam o papel de “guardiões” da eficácia dos controles dos processos sob sua alçada;
- As recomendações sejam devidamente implementadas, com o objetivo de minimizar o risco dos procedimentos não conformes com as leis e os regulamentos (internos e externos), especialmente nos casos em que haja exposição a fraudes, multas e/ou sanções de órgãos externos;
- Os objetivos estratégicos sejam atendidos; e
- Revisões periódicas das políticas, normas e procedimentos de cada área.

Os instrumentos utilizados pela Companhia são implementadas pelos seguintes meios:

- 1) Auditoria interna: A Companhia realiza auditoria interna em relação a 100% de seus processos, conforme diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Auditoria de Processos e Inventários, elaborado pela Área de Auditoria Interna.
- 2) Auditorias de acompanhamento (follow up): Posteriormente à realização de auditorias internas, a Companhia realiza um monitoramento para confirmação de que os planos de ação acordados no âmbito das auditorias internas foram efetivamente implementados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- 3) Testes de conformidade: Os testes de conformidade têm como objetivo identificar os riscos aos quais a Companhia está exposta.
- 4) Matriz de Riscos: A matriz de riscos da Companhia contempla riscos que podem afetar os seus objetivos de negócios, e são classificados em 4 (quatro) grupos: (i) riscos estratégicos (que, dentre outros, engloba o risco político); (ii) riscos de operações (que, dentre outros, engloba o tecnológico e ambiental); (iii) riscos financeiros; e (iv) riscos de compliance (que, dentre outros, engloba o risco regulatório).
- 5) Canal Aberto: A Companhia disponibiliza aos seus colaboradores, terceiros fornecedores e prestadores de serviços, e ao público em geral, um canal exclusivo para relatos de situações consideradas antiéticas, que violem seu Código de Conduta, suas políticas e procedimentos internos e/ou a legislação vigente. Os relatos são recebidos por uma empresa independente e especializada e podem ser realizados de forma anônima, garantindo, assim, a confidencialidade, o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, sem conflitos de interesses. Todas as informações são tratadas sem rastreamento, protegendo completamente a identidade do colaborador ou do terceiro. Relatos podem ser feitos a qualquer momento pelo link canalaberto-vivara.com.br ou pelo telefone 0800 377 8024.
- 6) Apurações de desvios de conduta: A Companhia realiza apurações internas de violações a leis ou políticas internas, e aplica medidas disciplinares de acordo com a gravidade de cada situação. Todas as violações identificadas são levadas ao conhecimento dos Diretores responsáveis e do Diretor Presidente.
- 7) Treinamentos Periódicos: A Companhia conta com um programa de treinamento com foco em compliance anticorrupção e obrigatório a todos os colaboradores convocados, para qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Conduta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

8) Due diligence de terceiros: A Companhia realiza uma "Avaliação de Compliance" de terceiros fornecedores e prestadores de serviços cujas contratações envolvam pagamentos com valor igual ou superior a R\$50.000,00, conforme diretrizes do Processo de Fluxo de Contratação e Validação de Contratos, criado em 09 de abril de 2019. A "Avaliação de Compliance", que tem validade de 1 (um) ano, abrange a análise da conformidade dos terceiros contratados com as leis anticorrupção e anti-suborno, incluindo pesquisas (i) de mídia relevantes, (ii) em fóruns federais, criminais, falimentares e trabalhistas, e (iii) em órgãos governamentais de controle de lavagem de dinheiro. A "Avaliação de Compliance" pode ser realizada pela Companhia ou por assessores externos. Cumpre ressaltar ainda que todos os departamentos da Companhia devem respeitar o fluxo de contratação e validação para fins de aprovação de seus contratos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é de responsabilidade do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças, da Área de Auditoria Interna, da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos e das Áreas de Negócio, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada. Esta seção elenca as principais responsabilidades de tais órgãos neste processo:

- Conselho de Administração

- (a) Definir o apetite a riscos da Companhia;
- (b) Acompanhar a evolução da gestão de riscos por meio do enquadramento da Companhia nos limites estabelecidos;
- (c) Apoiar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos;
- (d) Monitorar o Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e definir casos de conflitos e impasses nas decisões a serem tomadas; e
- (e) Definir os direcionamentos e decisões levados pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças para aprovação.

- Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças

- (a) Avaliar e monitorar a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade;
- (b) Supervisionar as atividades da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- (c) Avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugerir soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração, apontando as causas e responsabilidades;
- (d) Recomendar ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, prioridades e inclusões à matriz de riscos da Companhia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (e) Assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e
- (f) Avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos da Companhia e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.

- Área de Gestão de Riscos e Controles Internos

- (a) Assegurar a conformidade com leis, regulamentos internos, políticas e procedimentos da Companhia;
- (b) Desenvolver e gerir políticas e normas internas, a fim de padronizar procedimentos e orientações existentes nas diferentes áreas e atender as legislações vigentes;
- (c) Garantir a estrutura de controles internos que permitem compreender os principais riscos decorrentes de fatores internos e externos, com vista a assegurar que sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e testados de forma eficiente;
- (d) Monitorar os controles associados aos principais riscos existentes na Companhia;
- (e) Manter sistemas e rotinas de controles internos alinhados com as melhores práticas de mercado, bem como revisões periódicas e atualizações, para que eventuais deficiências sejam pronta e integralmente corrigidas;
- (f) Observar, avaliar e recomendar a segregação de funções, de modo a eliminar atribuições de responsabilidades conflitantes, assim como reduzir e monitorar, com a devida independência, potenciais conflitos de interesse existentes nas ou entre as Áreas de Negócios;
- (g) Elaborar, periodicamente, relatórios e indicadores para a Diretoria e comitês relacionados;
- (h) Desenvolver o programa de integridade e as ferramentas de *compliance* da Companhia, implementando ações contínuas para garantir a conformidade e a operacionalização efetiva dos processos relacionados; e
- (i) Promover a cultura de gerenciamento e mitigação dos riscos da Companhia.

- Área de Auditoria Interna

- (a) Auditoria de Processos
 - Elaborar o Plano Anual de Auditoria de Processos e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração, para posterior execução;
 - Elaborar programa de trabalho para cada auditoria;
 - Executar os testes de auditoria;
 - Divulgar os resultados das auditorias (relatórios, apresentações executivas, sumários executivos);

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança;
- Fornecer ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e à Área de Gestão de Riscos e Controles Internos avaliações independentes, imparciais e tempestivas, consolidando, avaliando, monitorando e comunicando os riscos da Companhia;
- Apoiar as Áreas de Negócio para elaboração dos planos de ação;
- Apoiar e executar os testes para atender a auditoria externa;
- Realizar auditorias de acompanhamento (*follow up*); e
- Disponibilizar indicadores e informações ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças, para posterior deliberação sobre os níveis de apetite a risco.

(b) Auditoria de Inventários

- Elaborar o Cronograma Anual de Inventários nos pontos de vendas e área de suporte, inclusive fábrica e centros de distribuição, e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração, para posterior execução;
- Executar os inventários nos pontos de vendas e área;
- Divulgar os resultados das auditorias sobre o controle dos estoques (relatórios, apresentações executivas, sumários executivos);
- Monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e de governança;
- Fornecer ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e à Área de gestão de Riscos e Controles Internos avaliações independentes, imparciais e tempestivas, consolidando, avaliando, monitorando e comunicando os riscos da Companhia;
- Apoiar as Áreas de Negócio para a elaboração dos planos de ação; e
- Disponibilizar indicadores e informações ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças para posterior deliberação sobre os níveis de Apetite a Risco.

- Áreas de Negócios

- (a) Identificar e monitorar os riscos envolvidos direta ou indiretamente nas operações sob sua gestão;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(b) Executar as atividades e tomar decisões em linha com as disposições da política de gerenciamento de riscos e das demais diretrizes da Companhia, de forma a minimizar sua exposição a riscos;

(c) Implantar os planos de ação em resposta ao monitoramento dos riscos envolvidos direta ou indiretamente nas operações sob sua gestão, de acordo com as deliberações tomadas em conjunto com a Área de Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças ou o Conselho de Administração.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Com base nas informações descritas nesta seção 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos é adequada.

O Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças é responsável por avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos da Companhia e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.

A Área de Auditoria Interna monitora a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança da Companhia. Além dos diversos mecanismos de controles das Áreas de Negócios, a Área de Auditoria Interna executa os trabalhos previstos no Plano Anual de Auditoria de Processos e Inventários para verificação da efetividade das políticas, normas e procedimentos da Companhia.

A Área de Auditoria Interna ainda conduz auditorias de acompanhamento (*follow up*), para confirmar que os planos de ação acordados no âmbito das auditorias internas foram efetivamente implementados.

O nosso Conselho de Administração declara que a área de auditoria interna da Companhia possui estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo menos anualmente pelo órgão, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado****(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente pela Tesouraria e Diretoria Financeira da Companhia. Entretanto, não há uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado formalizada, uma vez que a Companhia adota práticas que entende suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado.

Adicionalmente, aplica-se ao gerenciamento de tais riscos a Política de gerenciamento de riscos da Companhia, no que couber. A Companhia aprovou referida política, em 15 de agosto de 2019, por meio de reunião do Conselho de Administração.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia visa estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos. A gestão de riscos da Companhia é baseada (mas não se limita), no COSO-ERM, padrão internacionalmente reconhecido. O processo é composto por 04 (quatro) etapas:

- A. Identificação dos riscos:** identificação dos fatores (causas) de Riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- B. Avaliação:** cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos Riscos sobre os resultados projetados. A avaliação inclui o desenvolvimento de modelagens a partir de fatores de risco bem como sua correlação com outros riscos;
- C. Proposta de Limites:** nível de Risco que os administradores estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor. Os limites de riscos serão definidos tanto para impacto quanto para os indicadores;
- D. Planos de Ação:** conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário/responsável do Risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados (objeto de acompanhamento periódico).

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os Riscos para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de câmbio e risco de taxa de juros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Com relação aos Riscos de mercado: são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Entre os riscos de mercado, incluem-se a instabilidade cambial na qual a Companhia não pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia; elevação das taxas de juros, que podem impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia, como também o custo de seu endividamento atual, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras.

Cabe à Tesouraria e Diretoria Financeira da Companhia a função de gestão e identificação aos riscos de mercado que a Companhia está exposta.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia utiliza swaps para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição de balanço patrimonial, a qual se dá em razão de saldos ativos e passivos financeiros denominados ou indexados em moeda estrangeira. No caso da utilização destas operações, elas são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração e conforme as práticas da Companhia, que estabelecem que a exposição de balanço deverá ser 100% neutralizada.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia utiliza atualmente contratos de *swap* como principal mecanismo de proteção contra riscos relacionados a flutuações das taxas de câmbio a que estamos sujeitos em razão de alguns de nossos contratos de endividamento. Tais contratos eliminam nossa exposição ao risco cambial, substituindo-a por uma exposição pós-fixada em moeda local e variação do CDI (certificados de depósitos interbancários). Entendemos que a substituição da variação cambial pela variação pós-fixada em CDI nos expõe a um risco menor de mercado, uma vez que nossas obrigações financeiras sofrerão oscilações semelhantes à taxa de juros de mercado, na mesma extensão de nossas vendas financiadas caracterizando, assim, um risco macroeconômico.

Não utilizamos o instrumento de hedge ou outros instrumentos para a proteção patrimonial em relação a riscos de variações nas taxas de juros ou câmbio.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco de Taxas de Juros:

Possuímos aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos indexados ao CDI, expondo esses ativos e passivos a flutuações nas taxas de juros. Os administradores da Companhia monitoram o comportamento de mercado das taxas futuras de juros com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratarmos instrumentos de proteção ao risco de volatilidade dessas taxas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Risco de Taxa de Câmbio:**

Os administradores da Companhia contratam operações de swap junto a instituições financeiras de primeira linha, com o objetivo de proteção contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial em da moeda estrangeira pela variação de indexadores como CDI, TJLP e IPCA, entre outros. Para a maior parte dos contratos de empréstimo com exposição à variação cambial é realizada uma operação casada de *swap* cambial na mesma data, com o mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidada pelo seu valor líquido.

Como consequência de tal gerenciamento, os riscos cambiais são minimizados, uma vez que a maior parte dos passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira está atrelada a contratos de *swap*, de modo que o tratamento contábil e financeiro desses passivos é denominado em moeda local.

A Companhia não possui limites definidos de exposição aos riscos de mercado.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia opera com instrumentos financeiros com o único propósito de proteção patrimonial e previsibilidade do Fluxo de Caixa.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A administração destes riscos é efetuada por meio das estratégias operacionais e dos seus controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações da Companhia, sendo aplicável ao gerenciamento de tais riscos a Política de Gerenciamento de Riscos, no que couber, incluindo a estrutura responsável pelo controle, conforme descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia, monitora e avalia, por meios considerados por ela adequados, se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

A administração reporta os resultados dessa avaliação ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças, o qual supervisiona as atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a gestão, de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Dessa forma, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações financeiras e demais informações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas (ICPC) e orientações (OCPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia utiliza o sistema ERP Capta para registrar suas operações contábeis e financeiras. O sistema ERP Capta é integrado aos PDVs (Frente de Caixa) das lojas, à Área de Contabilidade, e aos módulos de Estoque, Fiscal e Financeiro além da Produção. O controle de estoque é feito por códigos de barra individuais para todas as joias e relógios possibilitando toda a rastreabilidade do produto desde a fabricação interna ou compra de fornecedores até a venda para o cliente final. Mesmo após a venda seguimos acompanhando o produto caso o mesmo eventualmente volte para a companhia em casos de devolução ou conserto. Na parte produtiva é possível acompanhar sistemicamente qualquer falha de metal (ouro e/ou prata) por cada fase de produção auxiliando na gestão de perdas ou desvios.

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras, as quais a Companhia considera suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera.

Neste sentido, mensalmente, a Companhia realiza as seguintes atividades:

- Acompanhamento dos fechamentos diários dos PDVs (Frente de Caixa) e das integrações dos fechamentos dos módulos Fiscal e Financeiro;
- Verificação de consistência dos módulos por meio de conciliações;
- Análise e registro de possíveis contingências;
- Revisão analítica das demonstrações financeiras; e
- Verificação comparativa entre *orçado versus realizado* por todas as áreas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Além disso, a Companhia realiza inventário de estoque de produto acabado e matéria prima duas vezes por ano em seus centros de distribuição e fábrica. Já para os pontos de venda, também são realizados dois inventários ao anexo, exceto para as lojas com abertura no segundo semestre de cada ano. A Área de Auditoria Interna ainda seleciona áreas específicas para realização de auditorias de processos com avaliação no impacto contábil, e a Área de Gestão de Riscos e Controles Internos acompanha os indicadores operacionais e estratégicos para monitorar os controles implantados nas áreas de negócio para mitigação ou diminuição da exposição ao risco.

Adicionalmente, face à complexidade das atividades e inovações tecnológicas, a Companhia está empenhada no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão de seus controles internos.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Mensalmente, as Áreas de Departamento Pessoal, Fiscal e Financeiro disponibilizam os documentos necessários para fins de conciliação contábil. Além disso, a área jurídica apoia no registro e publicação das contingências.

Em periodicidade semestral, a Área de Auditoria Interna realiza auditoria dos inventários nos pontos de venda, centros de distribuição e fábrica.

Anualmente são executadas auditorias nos processos aprovados no Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças. Além disso, a área Financeira e o Jurídico prestam auxílio em relação às circularizações das instituições financeiras/adquirentes e dos advogados, respectivamente. A área Comercial auxilia com informações sobre estaques para fins de avaliação de provisões.

A Área de Contabilidade é responsável pelo fechamento das demonstrações mensais, atendimento aos auditores externos e redação das notas explicativas.

Tais áreas atuam em conjunto, de maneira integrada, não havendo subordinação entre elas.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia conta com uma área de Planejamento Financeiro e Análise Corporativa (*Financial Planning & Analysis*), que é responsável por revisar e verificar mensalmente a consistência dos registros efetuados na contabilidade bem como calcular indicadores financeiros, analisar todas as peças contábeis (DRE, balanço patrimonial e fluxo de caixa), reportar eventuais inconsistências e comunicar as informações para suportar a alta administração da companhia nas tomadas de decisão. A área fica sob gestão da Diretoria Financeira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SNC/GNA/nº 01/2019, item 7, os Auditores Independentes possuem um prazo de até 60 dias contados da data da emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado neste item. Por esta razão, a Companhia informa que está em processo de obtenção da versão final e emitida da carta, observados os prazos legais. No prazo legal, a Companhia fará a devida divulgação por meio deste item.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item (d) acima, tão logo a Companhia tenha acesso à versão final da carta preparada pelos Auditores Independentes, divulgará seus comentários sobre as eventuais deficiências apontadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Código de Conduta: O Código de Conduta é a expressão do que a Companhia valoriza e acredita. O documento reflete a ideologia organizacional da Companhia, e busca estabelecer as condutas que orientam o negócio e os relacionamentos da Companhia, por meio de sua governança corporativa e de seus colaboradores, de forma ética, transparente, profissional e de respeito mútuo. O Código de Conduta procura gerenciar riscos gerais e também específicos, na medida em que traz regras relativas a situações de conflito de interesses, oferta e recebimento de brindes e presentes, assédio, confidencialidade das informações, corrupção, lavagem de dinheiro, entre outros. O documento está disponível na intranet da Companhia e em seu *website* de relações com investidores. Em 15 de agosto de 2019, o Conselho de Administração aprovou nova versão do Código de Conduta da Companhia. As revisões são realizadas periodicamente, para incorporar esclarecimentos que se façam necessários e/ou boas práticas demandadas pelo mercado.

Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: Semanalmente, é realizada a verificação dos valores recebidos em espécie. Caso sejam identificados recebimentos em espécie superiores a R\$30 mil reais, ou que totalizem este valor nos 6 (seis) meses anteriores, o responsável pela Área Fiscal deve realizar o informe dos recebimentos ao COAF.

Adicionalmente, são comunicadas ao COAF quaisquer operações que, considerando as partes e demais envolvidos, os valores, o modo de realização, o meio e a forma de pagamento, ou a ausência de fundamento econômico ou legal, possam apresentar indícios relevantes de ocorrência dos crimes previstos na Lei n.º 9.613/1998 ou relacionados.

Além disso, semestralmente, a lista de Pessoas Politicamente Expostas disponível no website de COAF é confrontada com a base de clientes da Companhia, com objetivo de identificar tais indivíduos e monitorar eventuais operações realizadas entre eles e a Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia também conta com procedimentos específicos para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, tais como:

- **Investigação a fraudes:** A Auditoria Interna realiza investigação de denúncias diretas ou oriundas do Canal Aberto utilizando metodologia interna e, dependendo da complexidade da alegação, contrata serviços específicos para avaliar a veracidade dos fatos relatados e o levantar documentos comprobatórios. O resultado da investigação é apresentado ao Comitê de Pessoas, Cultura e Governança para a tomada das decisões aplicáveis.

- **Monitoramento:** A Companhia possui câmeras de segurança nos pontos de venda, que são monitoradas diariamente por uma equipe específica integrante da área de Segurança. Por esse monitoramento, é possível identificar eventuais desvios de comportamento, identificar fraudes, falha nos procedimentos internos e nos procedimentos de vendas descritos nos manuais de procedimentos e políticas vigentes. Eventuais desvios e violações são apurados pela área de Auditoria Interna e, caso sejam confirmados, são reportados ao Comitê de Pessoas, Cultura e Governança para a tomada das decisões aplicáveis.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Área de Gestão de Riscos e Controles Internos é responsável por desenvolver o programa de integridade e as ferramentas de *compliance* da Companhia, implementando ações contínuas para garantir a conformidade e a operacionalização efetiva dos processos relacionados. A área de Gestão de Riscos e Controles Internos foi criada em 15 de agosto de 2019.

A área de Gestão de Riscos e Controles Internos é responsável por:

- (a) Assegurar a conformidade com leis, regulamentos internos, políticas e procedimentos da Companhia;
- (b) Desenvolver e gerir políticas e normas internas, a fim de padronizar procedimentos e orientações existentes nas diferentes áreas e atender as legislações vigentes;
- (c) Garantir a estrutura de controles internos que permitem compreender os principais riscos decorrentes de fatores internos e externos, com vista a assegurar que sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e testados de forma eficiente;
- (d) Monitorar os controles associados aos principais riscos existentes na Companhia;
- (e) Manter sistemas e rotinas de controles internos alinhados com as melhores práticas do mercado, bem como revisões periódicas e atualizações, para que eventuais deficiências sejam pronta e integralmente corrigidas;
- (f) Observar, avaliar e recomendar a segregação de funções, de modo a eliminar atribuições de responsabilidades conflitantes, assim como reduzir e monitorar, com a devida independência, potenciais conflitos de interesse existentes nas ou entre as Áreas de Negócios;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- (g) Elaborar, periodicamente, relatórios e indicadores para a Diretoria e comitês relacionados;
- (h) Desenvolver o programa de integridade e as ferramentas de compliance da Companhia, implementando ações contínuas para garantir a conformidade e a operacionalização efetiva dos processos relacionados; e
- (i) Promover a cultura de gerenciamento e mitigação dos riscos da Companhia.

A Companhia também conta com um Comitê de Pessoas, Cultura e Governança, de caráter permanente, responsável por analisar as ocorrências excepcionais de possíveis situações antiéticas relatadas por colaboradores, terceiros fornecedores e prestadores de serviços, ou pelo público em geral. O Comitê de Pessoas, Cultura e Governança mantém o sigilo de todos os relatos recebidos pelo Canal Aberto e fiscaliza a aplicação do Código de Conduta da Companhia.

O Comitê de Pessoas, Cultura e Governança foi criado em 15 de agosto de 2019 e é constituído por 3 membros eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia.

São atribuições do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança da Companhia:

- Avaliar e recomendar políticas e/ou práticas de (i) remuneração; (ii) recrutamento, nomeação e sucessão, incluindo os critérios para contratação e demissão de executivos de acordo com a "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria da Vivara Participações S.A."; e (iii) avaliação de performance e de engajamento dos colaboradores;
- Auxiliar o desenvolvimento e integração de novos administradores e colaboradores na Companhia;
- Prezar pelo desenvolvimento organizacional da Companhia e de seus colaboradores;
- Examinar as novas políticas e acompanhar e revisar as políticas em vigor relacionadas aos temas de pessoas, cultura e governança da Companhia;
- Monitorar temas relacionados à cultura, clima e engajamento de pessoas;
- Apoiar na elaboração e revisão do processo de avaliação dos executivos, observadas as disposições do "Regimento Interno do Conselho de Administração da Vivara Participações S.A.";
- Examinar a estrutura organizacional da Companhia e recomendar ajustes, exigidos pelas diretrizes estratégicas de negócios e gestão;
- Propor ações quanto à disseminação e cumprimento do Código de Conduta, buscando sua eficácia e efetividade;
- Acompanhar as situações recebidas no Canal Aberto;
- Monitorar a execução das ações estabelecidas;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Resolver, em última instância, situações controversas, como eventuais infrações e violações ao Código de Conduta, políticas internas ou a legislação vigente, colaborando para decisões imparciais e transparentes;
- Determinar, quando assim requerido, a adoção de medidas necessárias, mediante a emissão de opinião formal às áreas envolvidas; e
- Garantir que sejam aplicadas medidas disciplinares após a apuração de alegações de infrações e violações ao Código de Conduta, políticas internas ou a legislação vigente, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis; e
- Monitorar os assuntos que possam causar impacto significativo à imagem da Companhia.

O Comitê de Pessoas, Cultura e Governança se reúne em caráter ordinário a cada três meses, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por solicitação escrita de qualquer membro do Comitê.

As convocações serão realizadas por escrito, via e-mail, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência da data da respectiva reunião, especificando hora e local e, preferencialmente, incluindo a ordem do dia. Na hipótese de assuntos que exijam apreciação urgente, a reunião do Comitê poderá ser convocada em prazo inferior ao descrito acima.

O Comitê poderá convocar especialistas e contratar consultores externos para a análise e discussão de temas sob sua responsabilidade, zelando pela integridade e confidencialidade dos trabalhos, sendo observado seu orçamento anual.

As deliberações do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança são reportadas em atas de reuniões, registrando-se os ausentes, bem como a participação extraordinária de terceiros que não façam parte da reunião. As reuniões do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança sempre têm caráter sigiloso, sendo que todo novo participante deve assinar termo de confidencialidade específico.

Os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê serão consignados nas atas de suas reuniões, as quais serão assinadas por seus membros presentes, e delas deverão constar os pontos relevantes das discussões, a relação dos presentes, menção às ausências justificadas, as providências solicitadas e eventuais pontos de divergências entre os membros.

As principais regras de funcionamento do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança estão definidas em seu regimento interno.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos os administradores, colaboradores e demais públicos que se relacionam com a Companhia, independentemente da sua posição hierárquica ou área de atuação.

A Companhia cultiva relações éticas, verdadeiras e transparentes com governos, sociedade, clientes, acionistas, administradores, empregados, prestadores de serviços, fornecedores, sindicatos, associações de classe e todos os outros públicos de interesse que se relacionam com a Companhia e contribuem para realização da sua missão, a concretização da sua visão e a construção da sua marca e imagem institucional no dia a dia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Companhia conta com um programa de treinamento com foco em compliance anticorrupção e obrigatório a todos os colaboradores convocados, para a qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos neste Código de Conduta.

Tais treinamentos, de periodicidade mínima anual, deverão ser conduzidos pelo responsável por pessoa a ser indicada pelo Comitê de Pessoas, Cultura e Governança.

Além disso, todos os colaboradores da Companhia, incluindo seus diretores e conselheiros, devem assinar um termo de compromisso com as diretrizes do Código de Conduta.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código de Conduta, políticas internas ou a legislação vigente são: (i) advertência oral ou por escrito, (ii) suspensão, (iii) desligamento e (iv) demissão por justa causa. As sanções acima citadas estão previstas no Código de Conduta da Companhia.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O atual Código de Conduta da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 15 de agosto de 2019.

O documento está disponível na intranet da Companhia e em seu *website* de relações com investidores, através do seguinte link: <http://ri.vivara.com.br>.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia conta com um canal de denúncias (Canal Aberto), administrado por uma empresa externa independente e especializada com forte atuação internacional.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Todos os colaboradores da Companhia, bem como terceiros fornecedores e prestadores de serviços, e o público em geral, têm à disposição o Canal Aberto, para envio de relatos de situações consideradas antiéticas, que violem o Código de Conduta da Companhia, suas políticas e procedimentos internos e/ou a legislação vigente.

Os relatos podem ser enviados a qualquer momento pelo link canalaberto-vivara.com.br ou pelo telefone 0800 377 8024.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

Os relatos são recebidos pela empresa externa e podem ser realizados de forma anônima, garantindo, assim, a confidencialidade, o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, sem conflitos de interesses. Todas as informações são tratadas sem rastreamento, protegendo completamente a identidade do colaborador ou do terceiro.

Como previsto em seu Código de Conduta, a Companhia não tolera retaliação contra qualquer pessoa que de boa-fé comunicar preocupações ou dúvidas sobre uma possível má conduta.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Auditoria Interna da Companhia realiza a investigação de denúncias diretas ou oriundas do Canal Aberto utilizando metodologia interna e, dependendo da complexidade da alegação, contrata serviços específicos para avaliar a veracidade dos fatos relatados e o levantar documentos comprobatórios. O resultado da investigação é apresentado ao Comitê de Pessoas, Cultura e Governança, para a tomada das decisões aplicáveis.

O Comitê de Pessoas, Cultura e Governança, além do descrito acima, também é responsável por analisar as ocorrências excepcionais de situações antiéticas relatadas por colaboradores e terceiros fornecedores e prestadores de serviços, inclusive que não estejam descritas neste Código de Conduta.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Os procedimentos adotados em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias utiliza ferramentas de *due diligence* das pessoas jurídicas envolvidas, além da análise de *compliance* e anticorrupção.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**5.5 - Alterações significativas**

Item não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas quanto às práticas adotadas para gerenciamento de riscos em relação ao último exercício social. A Companhia esclarece que somente formalizou a Política de Gerenciamento de Riscos, a qual reflete as práticas que já eram adotadas, no exercício social corrente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia apresentam neste item 10 do Formulário de Referência informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. As análises foram construídas com base nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo Vivara, que são de responsabilidade da Administração do Grupo Vivara, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Salientamos ainda que, para fins de melhor leitura deste documento, sempre que nos referimos à Companhia, nos referimos a Vivara Participações S.A., e o termo "Grupo Vivara" é usado para tratar as informações combinadas das empresas subsidiárias operacionais, Tellerina e Conipa.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste formulário de referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 30 de junho de 2019, o índice de endividamento total da Companhia foi de 1,2x (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido), em dezembro de 2018, foi de 1,0x. O aumento do índice de endividamento em junho de 2019, em relação ao encerramento do exercício de 2018, deveu-se principalmente a (i) à adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, que aumentou em R\$ 226,4 milhões no saldo de arrendamentos direito de uso a pagar, a partir de 1º de janeiro de 2019, detalhado no comentário de desempenho do item 10.1.h; (ii) aumento de R\$72,3 milhões em empréstimos e financiamentos, em razão da realização de novas captações para fortalecimento do caixa e ajuste na estrutura de capital da Companhia, conforme detalhada no item 10.1(f); (ii) aumento de R\$ 113,8 milhões no patrimônio líquido, reflexo, principalmente, da melhora dos resultados da Companhia, nos períodos comparados, conforme explicado no item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2019, a posição de caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários da Companhia era de R\$67,3 milhões, com redução de R\$18,0 milhões em relação a dezembro de 2018, e a dívida líquida totalizava R\$220,4 milhões, com um índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido de 0,4x.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de endividamento total da Companhia foi de 1,0x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários era de R\$85,4 milhões e a dívida líquida totalizava R\$130,1 milhões, com um índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido de 0,4x. Em 31 de dezembro de 2017, o índice de endividamento total foi de 1,7x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários era de R\$125,3 milhões e a dívida líquida totalizava R\$168,8 milhões, com um índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido de 0,5x. A melhora do índice de endividamento entre os períodos reflete (i) redução de R\$ 78,6 milhões no saldo de empréstimos e financiamentos, em razão de amortizações de saldos em 2018, para melhoria da estrutura de capital da Companhia; (ii) redução do passivo de partes relacionadas, reflexo da amortização de mútuos; (iii) saldo de juros sobre capital próprio (JCP), que em 2018 não houve declaração de JCP; e (iv) aumento de R\$ 19,5 milhões no Patrimônio Líquido, reflexo da reversão de prejuízo acumulados.

Em 31 de dezembro de 2016, o índice de endividamento total foi de 2,5x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários era de R\$55,3 milhões e a dívida líquida totalizava R\$358,1 milhões, com um índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido de 1,4x. A melhora no índice de endividamento total, que saiu de 2,5x em 2016 e atingiu 1,7x em 2017, deveu-se, principalmente,: (i) ao aumento de R\$ 13,9 milhões na conta de fornecedores, devido ao crescimento orgânico da operação e pequenos ganhos de eficiência, na medida em que a Companhia renegociou prazos de pagamento com alguns de seus fornecedores; (ii) à redução de R\$ 119,3 milhões no saldo de empréstimos e financiamentos; e (iii) à redução de R\$ 10,0 milhões do Patrimônio Líquido, entre os períodos.

(b) Estrutura de Capital

Em 30 de junho de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$564,9 milhões, a dívida bruta R\$287,8 milhões e o saldo de caixa e equivalente de caixa acrescidos de títulos e valores mobiliários era de R\$67,3 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$220,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido totalizava R\$451,0 milhões, a dívida bruta R\$215,4 milhões e o saldo de caixa e equivalente de caixa acrescidos de títulos e valores mobiliários era de R\$85,4 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$130,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$325,1 milhões, a dívida bruta R\$294,1 milhões e o caixa e equivalentes de caixa acrescidos de títulos e valores mobiliários de R\$125,3 milhões, o que nos garantia uma dívida líquida de R\$168,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido totalizava R\$253,2 milhões, a dívida bruta era de R\$413,4 milhões e o saldo de Caixa e equivalente de caixa acrescidos de títulos e valores mobiliários era de R\$55,3 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$358,1 milhões.

Os constantes resultados positivos da Companhia fizeram com que o nosso patrimônio líquido da Companhia fosse incrementado período após período conforme demonstrado no item 10.1(a) deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adicionalmente, cabe ressaltar que a geração de caixa da Companhia, aliada às captações de dívida realizadas, permitiu com que a Companhia reduzisse seus níveis de endividamento perante o patrimônio líquido acumulado. Além disso, no primeiro semestre de 2019 a Companhia conseguiu realizar captações, aumentando o montante de sua dívida bruta, porém mantendo estável o mesmo nível de endividamento perante o seu patrimônio líquido, constituindo uma estrutura de capital mais equilibrada no tocante ao seu capital próprio e de terceiros. Entendemos que isso é fruto da gestão financeira realizada pela Companhia e a parcela percentual exposta abaixo está condizente com nossas atividades.

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital da Companhia medida pela relação entre os passivos e patrimônio líquido nos períodos e exercícios indicados:

(em R\$ milhares, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017	2016
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	702.888	438.630	545.118	626.941
Capital próprio (patrimônio líquido)	564.871	451.017	325.074	253.227
Capital total (terceiros + próprio)	1.267.759	889.647	870.192	880.168
Parcela de capital de terceiros	55,4%	49,3%	62,6%	71,2%
Parcela de capital próprio	44,6%	50,7%	37,4%	28,8%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e de liquidez corrente da Companhia em 30 de junho de 2019 eram de 1,4x e 2,2x, respectivamente. Em 30 de junho de 2019, a Companhia possuía aproximadamente R\$287,7 milhões de empréstimos e financiamentos tomados. Nesta data, a Companhia não possui nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

Adicionalmente, acreditamos que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; e (iii) antecipação de recebíveis de cartões de crédito. Esses financiamentos e antecipações são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios, e (ii) exigências de pagamento de seu endividamento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia poderá realizar antecipação de recebíveis e/ou captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

Adicionalmente, informamos que no item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia de acordo com as suas respectivas características.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte de contratos de empréstimo de financiamento, visto que foi constituída em 23 de maio de 2019.

No entanto, suas subsidiárias operacionais, quais sejam Conipa e Tellerina, são partes de 11 (onze) contratos financeiros relevantes, celebrados com o Banco do Brasil S.A., o Banco Bradesco S.A., o Itaú Unibanco S.A., o Banco do Nordeste S.A., o Banco Santander (Suisse), e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor total em aberto era de R\$287,7 milhões.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Tellerina e Conipa, em vigor em 30 de junho de 2019:

- 1) Cédula de Crédito Bancário (Banco do Brasil S.A.) emitida pela Conipa em 15 de maio de 2019 no valor de R\$40,0 milhões e com vencimento em 30 de maio de 2021. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 1,9% a.a. Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$40,3 milhões.
- 2) Contrato de Empréstimo Internacional (Itaú Unibanco S.A.) assinado pela Conipa em 13 de março de 2019 no valor de €10.428.736.96 milhões (contrato celebrado em euro) e com vencimento em 13 de maio de 2020. A remuneração é de 0,54% a.a. Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$45,5 milhões.
- 3) Confirmação de Operação de Swap de Fluxo de Caixa (Itaú Unibanco S.A.), contratada pela Conipa em 11 de março de 2019 no valor de R\$45,0 milhões e com vencimento em 13 de março de 2020. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 2% a.a. Em 30 de junho de 2019, o saldo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

devedor em aberto dessa cédula era de R\$45.530.055,94 e o saldo passivo devedor em aberto dessa cédula era de R\$46.097.075,27, com saldo bruto de R\$542.245,96.

4) Contrato de Abertura de Crédito Fixo (Banco do Brasil S.A.) assinado pela Tellerina em 11 de dezembro de 2012 no valor de R\$18.082.419,71 mil e com vencimento em 15 de dezembro de 2022. A remuneração é de 2,5% a.a. Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$6.509.127,84.

5) Cédula de Crédito Bancário (Banco do Brasil S.A.) emitida pela Tellerina em 21 de junho de 2019 no valor de R\$44.000.000,00 e com vencimento em 10 de setembro de 2022. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 2% a.a. Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$44.042.888,01.

6) Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular (Banco do Nordeste S.A.) assinado pela Tellerina em 18 de novembro de 2010 no valor de R\$5.100.741,57 e com vencimento em 18 de novembro de 2019. A remuneração é de 10% a.a. Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$266.508,85.

7) Cédula de Crédito Bancário (Banco Bradesco S.A.) emitida pela Tellerina em 08 de junho de 2017 no valor de R\$109.999.994,00 e com vencimento em 18 de maio de 2021. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 3,75% a.a. Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$68.237.446,26.

8) Cédula de Crédito Bancário Internacional (Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch) emitida pela Tellerina em 30 de maio de 2017 no valor de US\$22.984.984,00 (contrato celebrado em dólar americano) e com vencimento em 01 de junho de 2021. A remuneração é de 4,675% a.a. Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$54.423.169,96.

9) Confirmação de Operação de Swap de Fluxo de Caixa (Itaú Unibanco S.A.), contratada pela Tellerina em 30 de maio de 2017 no valor de R\$75.000.002,79 e com vencimento em 01 de junho de 2021. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 3,5% a.a. Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$54.461.670,82 e o saldo passivo devedor em aberto dessa cédula era de R\$46.508.472,87 com saldo bruto negativo em (R\$7.953.197,95).

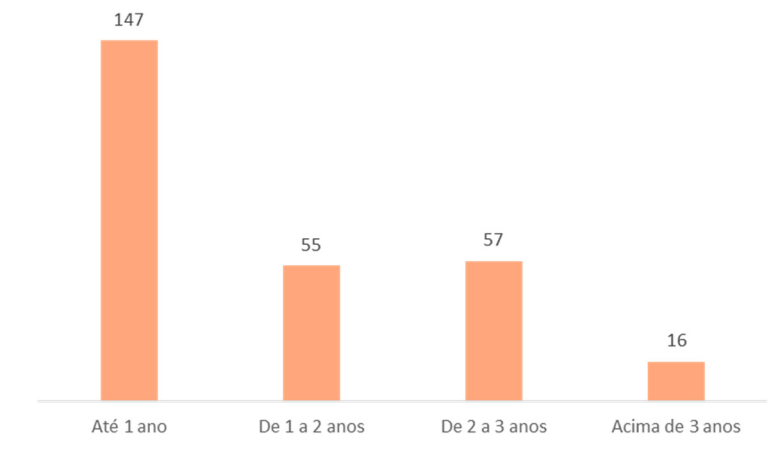
10) Loan Agreement (Banco Santander Suisse S.A.) assinado pela em 30 de agosto de 2017 no valor de US\$6.000.000,00 (contrato celebrado em dólar americano) e vencimento em 02 de setembro de 2019. A remuneração é da taxa LIBOR + 0,75% a.a. Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$24.160.087,08.

11) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) assinado pela Tellerina em 10 de julho de 2014 no valor total de R\$13.919.000,00, dividido em três subcréditos, sendo o vencimento dos subcréditos "A" e "C" em 15 de julho de 2020 e o vencimento do subcrédito "B" em 15 de agosto de 2020. A remuneração é de 3,5% a.a. para os subcréditos "A" e "B" e de 6% a.a. para o subcrédito "C". Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$2.046.638,39 para o subcrédito "A", R\$2.044.501,13 para o subcrédito "B" e R\$212.123,03 para o subcrédito "C".

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Abaixo o calendário de amortização da dívida, excluindo os efeitos dos derivativos, bem como a abertura do perfil da dívida:

Calendário de Amortização da Dívida (excluindo os efeitos dos derivativos):



Perfil da Dívida



(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia, a Tellerina e a Conipa mantêm relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não têm outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas acima citadas.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas pela Tellerina e Conipa têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) Grau de subordinação de dívida

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 30 de junho de 2019 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário.**

Dentre os contratos de financiamento relevantes da Tellerina e Conipa firmados com terceiros, alguns foram elaborados com cláusulas restritivas (*covenants*), quais sejam:

1. Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo – Capital de Giro, celebrada em junho de 2017 entre a Tellerina e o Banco Bradesco S.A. – *covenant* financeiro a ser observado:

Covenants Financeiros	Limites
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA ⁽²⁾	Menor que 2,0
Despesa financeira líquida / EBITDA ⁽³⁾	Menor que 1,25

⁽¹⁾ Dívida financeira líquida para fins de *covenants*: significa as dívidas financeiras, inclusive debêntures, cartões e dívidas tributárias, menos as disponibilidades.

⁽²⁾ EBITDA para fins de *covenants*: significa o lucro operacional, antes das receitas e despesas financeiras, depreciações/amortizações, e receitas/despesas não recorrentes.

⁽³⁾ Despesa Financeira Líquida para fins dos *covenants* significa as despesas, em qualquer período, dos últimos 12 (doze) meses, relacionadas ao total de juros incidentes no montante da dívida a pagar de tal período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e do aceite de financiamentos, na medida em que tais financiamentos constituam Dívida.

Abaixo seguem as medições do atendimento aos *covenants* financeiros dos últimos períodos:

Cédula de Crédito Bancário – Bradesco (08/06/2017)			
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016⁽¹⁾
Dívida Financeira Líquida	130.074	168.766	358.099
Despesa Financeira Líquida	36.074	32.220	59.987
EBITDA	273.513	220.362	213.167
Dívida Líquida/ EBITDA	0,5	0,8	1,7
Despesa Financeira Líquida/EBITDA	0,13	0,15	0,28

⁽¹⁾ As dívidas com *covenants* financeiros foram emitidas em 2017, não sendo aplicável medição de indicadores em 2016.

2. Cédula de Crédito Bancário Internacional nº AGE985580/1, celebrada entre a Tellerina e o Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch – com o seguinte *covenant* financeiro a ser observado:

Covenant Financeiro	Limites
Dívida Líquida ⁽¹⁾ / EBITDA ⁽²⁾	Menor que 2,0

⁽¹⁾ Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o total do endividamento oneroso, incluindo financiamentos, duplicatas com direito de regresso, mútuos, impostos parcelados e debêntures, deduzido das disponibilidades (caixa, aplicações financeiras e cartões de crédito a receber).

⁽²⁾ EBITDA para fins de *covenants*: significa o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários. Deve ser incluído o EBITDA pro-forma das empresas adquiridas pela devedora e ainda não consolidadas integralmente no período de apuração. Adicionalmente deve-se excluir do resultado financeiro, o resultado com ajuste a valor presente e o resultado de descontos obtidos/concedidos.

Abaixo seguem as medições do atendimento aos *covenants* financeiros dos últimos períodos:

Cédula de Crédito Bancário Internacional - Itaú (30/05/2017)			
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Dívida Líquida	130.074	168.766	358.099
EBITDA	273.513	220.362	213.167
Dívida Líquida/ EBITDA	0,5	0,8	1,7

- (1) As dívidas com *covenants* financeiros foram emitidas em 2017, não sendo aplicável medição de indicadores em 2016.

Além das restrições descritas acima, os empréstimos e financiamentos da Companhia atualmente possuem outras restrições conforme padrão de mercado, tais como: transferência do capital social sem a prévia anuência do banco; alteração de titularidade do capital social envolvendo qualquer acionista, direto ou indireto, inclusive transferências entre si, com variação superior a 51% do total do capital social; alteração do capital social de qualquer de nossas controladas que resulte em perda de nosso controle societário, direto ou indireto; restrição para cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência, gratuita ou onerosa, (i) de bens escriturados no respectivo ativo imobilizado cujo valor corresponda a mais do que 10% do valor desta rubrica contábil ou (ii) de ativos e/ou participações societárias em subsidiária e/ou controladas que gerem, de forma individual ou agregada, mais do que 10% da receita líquida; alteração de seu objeto social, da composição de seu capital social, ocorrência de qualquer mudança, transferência ou cessão direta ou indireta, de seu controle societário/acionário, ou ainda sua incorporação, fusão ou cisão, que seja diretamente relacionado ao contrato; restrição quanto à venda, transmissão, transferência ou de qualquer forma alienarem ou onerarem 30% ou mais dos bens de seu ativo permanente sem a prévia e expressa anuência do banco; restrição quanto à mudança adversa relevante consistente, relacionado à redução da situação patrimonial superior a 20%.

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas acima descritas estabelecidas e entende que, e na data deste Formulário de Referência, atendeu todas as cláusulas restritivas e *covenants* financeiros nas medições anuais, mencionados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018.

Para fins de *covenants* financeiros, a Companhia realiza as medições anualmente, não sendo aplicável a mensuração para períodos intermediários, conforme estabelecido nos contratos.

O Grupo Vivara, juntamente com a Etna Comércio de Móveis e Artigos para Decoração S.A. (empresa fora do grupo econômico), tinham entre si ajustados a prática de avais cruzados nos contratos de empréstimos e financiamentos. Entretanto, as empresas desfizeram estas garantias com as

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

instituições financeiras no decorrer do ano 2019, estando devidamente formalizadas na data deste Formulário de Referência. Além dos avais, os *covenants* financeiros também foram negociados para que contemplem, somente a Companhia e empresas do Grupo Vivara, quais sejam, Tellerina e Conipa.

As medidas de *covenants* financeiros consideram as informações combinadas de Vivara e Etna, nos encerramentos de cada período, portanto, dentro do descruzamento dos avais já concluídos pela Companhia ficou acordado o cancelamento dos *covenants* agrupados, por se tratar de empresas fora do grupo econômico.

Destaca-se ainda que as medições não contábeis utilizadas acima para fins de *covenants* financeiros são definidos isoladamente por cada escritura e não devem ser confundidos com as utilizadas pela Companhia e divulgadas no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispõem de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Descrição das principais linhas do nosso resultado:

Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços

Nossa receita líquida é composta por: (i) venda de mercadorias e (ii) prestações de serviços, após a dedução de impostos e devoluções sobre vendas e trocas de produtos vendidos.

As receitas com venda de mercadoria são geradas por todos os nossos pontos de venda, nosso e-commerce, televendas e vendas realizadas em parcerias corporativas estratégicas. Além disso, prestamos serviço de manutenção e assistência técnica dos nossos produtos.

Os impostos sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultado são ICMS, PIS e COFINS, ISS e F.T.I. (Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Amazonas).

A Companhia possui incentivos fiscais de IRPJ, ICMS, PIS, COFINS, Imposto de Importação e IPI relacionados, sobretudo, à nossa atividade de produção na Zona Franca de Manaus. Para maiores informações sobre os benefícios fiscais da Companhia, sugerimos a consulta ao item 7.3 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados

O custo das mercadorias vendidas é apurado com base no custo médio de aquisição de matérias primas (ouro, prata, pedras preciosas, entre outras) e dos produtos que vendemos. Além disso, contabilizamos também como custo das mercadorias os gastos com frete, relacionadas ao transporte de mercadorias da nossa fábrica em Manaus até o Centro de Distribuição ("CD") localizado em São Paulo e do CD para nossos pontos de venda e/ou clientes finais que adquiriram online, que por consequência são incorporados ao custo. Adicionalmente, nos estados em que atuamos vigora, para duas categorias específicas de produtos do nosso mix de vendas, canetas e perfumes, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*markup*), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado, o recolhimento desta substituição tributária do ICMS é conhecido em nossos estoques e impacta o custo das nossas mercadorias vendidas, quando as vendas são realizadas. Adicionalmente, temos insumos, que entram na linha de custo das mercadorias vendidas, que são denominados em dólar e, portanto, esta linha é afetada por variações cambiais. Para informações sobre o efeito de variações cambiais sobre os nossos resultados, ver item 4.1 e item 10.2 deste formulário de referência.

Despesas com vendas

Nossas despesas com vendas são decorrentes das operações das nossas lojas e algumas despesas da operação de nossa fábrica. As principais despesas são: pessoal, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios, propaganda e marketing, fretes do e-commerce, aluguéis e condomínios, comissão sobre cartões de crédito, segurança e energia.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas envolvem as atividades regulares dos nossos centros de distribuição, atividades regulares de nossa fábrica na Zona Franca de Manaus, escritório de São Paulo e outras despesas corporativas, tais como despesas com pessoal, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios dos colaboradores de áreas administrativas, além de consultorias, assessorias especializadas, depreciação e amortização.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Outras receitas operacionais, líquidas consistem substancialmente do movimento em contas específicas de provisões cíveis, trabalhistas, entre outros movimentos.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais contas contábeis são as despesas de juros e encargos incidentes sobre o endividamento, juros sobre antecipações de cartão de crédito, rendimentos de aplicações financeiras e correção monetária.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Imposto de renda e contribuição social*

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo e indústria de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. Para maiores informações sobre os benefícios fiscais da Companhia, sugerimos a consulta ao item 7.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia possui incentivos fiscais de IRPJ relacionados, sobretudo, a nossa atividade de produção na Zona Franca de Manaus. Informações mais detalhadas na seção 7.3 deste documento.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares)	30/06/2019	AV	30/06/2018	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS	523.748	100,0%	464.128	100,0%	12,8%
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(183.931)	(35,1%)	(125.227)	(27,0%)	46,9%
LUCRO BRUTO	339.817	64,9%	338.901	73,0%	0,3%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(138.092)	(26,4%)	(228.750)	(49,3%)	(39,6%)
Com vendas	(164.460)	(31,4%)	(165.891)	(35,7%)	(0,9%)
Gerais e administrativas	(81.159)	(15,5%)	(61.916)	(13,3%)	31,1%
Resultado de equivalência patrimonial	(180)	(0,0%)	(228)	(0,0%)	(21,1%)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	107.707	20,6%	(715)	(0,2%)	(15163,9%)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	201.725	38,5%	110.151	23,7%	83,1%
RESULTADO FINANCEIRO	16.990	3,2%	(18.078)	(3,9%)	(194,0%)
Receitas financeiras	53.819	10,3%	6.759	1,5%	696,3%
Despesas financeiras	(36.829)	(7,0%)	(24.837)	(5,4%)	48,3%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	218.715	41,8%	92.073	19,8%	137,5%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(32.678)	(6,2%)	(15.239)	(3,3%)	114,4%
Correntes	(17.781)	(3,4%)	(12.531)	(2,7%)	41,9%
Diferidos	(14.897)	(2,8%)	(2.708)	(0,6%)	450,1%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	186.037	35,5%	76.834	16,6%	142,1%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO – R\$	6,5136		2,6902		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços prestados

Receita líquida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$523,7 milhões comparativamente a R\$464,1 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$59,6 milhões ou 12,8%. Este aumento é atribuído substancialmente à maturação das 15 lojas abertas nos doze últimos meses, bem como ao crescimento de 9,6% de vendas em mesmas lojas (*Same Store Sales*), considerando a receita bruta, líquida de devoluções, de lojas com 12 meses de operação, além de incluir as receitas de e-commerce, vendas corporativas (B2B) e televendas. Em 30 de junho de 2019, a Companhia registrou o aumento de 13,5% no volume de peças vendidas e redução de 0,9% do preço médio. Para o cálculo de *Same Store Sales*, a Companhia considera a receita bruta, líquida de devoluções, de todos os pontos de vendas (lojas, e-commerce, B2B e televendas), com pelo menos 12 meses de operação nos dois períodos comparados, ou seja, o valor das vendas bruta pelas mesmas lojas, nos períodos analisados.

Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$183,9 milhões comparativamente a R\$125,2 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$58,7 milhões ou 46,9%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representou 35,1% e 27,0% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente. Esse aumento deveu-se principalmente a (i) um impacto não recorrente, referente a ajustes de margens das transações entre Conipa (indústria) e Tellerina (varejo), que reduziu o custo do primeiro semestre de 2018, em R\$ 27,7 milhões, e (ii) a maior participação joias e menor participação de produtos Life nas vendas totais, no primeiro semestre de 2019. O custo médio de joias (ouro) é maior que o custo médio de produtos Life (prata), contribuindo para o aumento do custo das mercadorias vendidas no período.

Receitas (despesas) operacionais

Despesas com vendas

As despesas com vendas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foram de R\$164,5 milhões comparativamente a R\$165,9 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$1,4 milhão ou 0,9%. As despesas com vendas representaram (31,4%) e (35,7%) da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução de representatividade foi resultado do ganho de eficiência operacional criado pelo crescimento de 12,8% da nossa receita líquida, conforme já comentado acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foram de R\$81,2 milhões comparativamente a R\$61,9 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$19,2 milhões ou 31,1%. As despesas gerais e administrativas representaram (15,5%) e (13,3%) da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento foi resultado principalmente de um incremento de R\$13,5 milhões em depreciação e amortização, efeito da mudança na contabilização da amortização do direito de uso de ativos, principalmente lojas alugadas, conforme requerido pelo CPC 06(R2)/IFRS 16.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$107,7 milhões comparativamente a R\$(0,7) milhão no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$108,4 milhões. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas representaram 20,6% e (0,2%) da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao efeito positivo não recorrente de R\$103,7 milhões da contabilização do ganho de ação judicial referente a bitributação do ICMS na base do PIS/COFINS.

O reconhecimento dos créditos atualizados monetariamente de PIS e COFINS referente habilitação do crédito protocolada na Receita Federal em maio de 2019 conforme decisão favorável transitada em julgado de 13 de dezembro de 2018, conforme certidão de trânsito em julgado emitida em 15 de janeiro de 2019, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições federais. O montante de créditos registrado no período totaliza R\$152,4 milhões, dos quais R\$103,7 correspondente ao valor do principal.

Lucro antes do resultado financeiro

Lucro antes do resultado financeiro no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$201,7 milhões comparativamente a R\$110,2 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$91,6 milhões ou 83,1%. Lucro antes do resultado financeiro representou 38,5% e 23,7% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos acima mencionados.

Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro líquido no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$17,0 milhões comparativamente a R\$(18,1) milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$35,1 milhões ou 194,0%. O Resultado Financeiro líquido representou 3,2% e (3,9%) da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente. As despesas financeiras totalizaram R\$ (36,8) milhões, em junho de 2019 e R\$ (24,8) milhões, no mesmo período do ano anterior, este aumento observado em 2019, é atribuída ao reconhecimento de R\$ 12,5 milhões de encargos de Encargos sobre arrendamentos de direito de uso,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

gerado pela mudança na contabilização da amortização do direito de uso de ativos , conforme requerido pelo CPC 06(R2)/IFRS 16. Excluindo esse efeito, as despesas financeiras ficaram praticamente estáveis, nos dois períodos. As receitas financeiras registraram R\$ 53,8 milhões em 30 de junho de 2019, e R\$6,7 milhões, em junho de 2018, o aumento significativo, é atribuído, substancialmente, ao impacto não recorrente de R\$51,8 milhões na correção monetária dos créditos tributários da bitributação do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, conforme já mencionado no item de "*Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas*". Excluindo este efeito, não houve variação relevante entre os períodos.

Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$218,7 milhões comparativamente a R\$92,1 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$126,6 milhões ou 137,5%. Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social representou 41,8% e 19,8% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Imposto de renda e contribuição social no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$32,7 milhões comparativamente a R\$15,2 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$17,4 milhões ou 114,4%. Imposto de renda e contribuição social representou 6,2% e 3,3% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do lucro tributável entre os períodos em questão, parcialmente compensado pelo aumento nominal dos benefícios fiscais sobre o lucro de exploração e crédito presumido de ICMS, relativos à Zona Franca de Manaus.

Lucro líquido

Lucro líquido no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$186,0 milhões comparativamente a R\$76,8 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$109,2 milhões ou 142,1%. Lucro líquido representou 35,5% e 16,6% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente às variações no lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social e no imposto de renda e contribuição social mencionadas acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares)	Combinado				
	2018	AV	2017	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS	1.059.586	100,0%	996.846	100,0%	6,3%
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(310.523)	(29,3%)	(334.653)	(33,6%)	(7,2%)
LUCRO BRUTO	749.063	70,7%	662.193	66,4%	13,1%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(491.554)	(46,4%)	(459.118)	(46,1%)	7,1%
Com vendas	(371.079)	(35,0%)	(343.036)	(34,4%)	8,2%
Gerais e administrativas	(127.588)	(12,0%)	(116.934)	(11,7%)	9,1%
Resultado de equivalência patrimonial	(464)	(0,0%)	(451)	(0,0%)	2,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.577	0,7%	1.303	0,1%	481,5%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	257.509	24,3%	203.075	20,4%	26,8%
RESULTADO FINANCEIRO	(36.074)	(3,4%)	(32.220)	(3,2%)	12,0%
Receitas financeiras	7.174	0,7%	29.403	2,9%	(75,6%)
Despesas financeiras	(43.248)	(4,1%)	(61.623)	(6,2%)	(29,8%)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	221.435	20,9%	170.855	17,1%	29,6%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(23.000)	(2,2%)	55.030	5,5%	(141,8%)
Correntes	(24.616)	(2,3%)	29.630	3,0%	(183,1%)
Diferidos	1.616	0,2%	25.400	2,5%	(93,6%)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	198.435	18,7%	225.885	22,7%	(12,2%)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO – R\$	6,9477	NA	7,9088	NA	NA

Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços prestados

A receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$1.059,6 milhões comparativamente a R\$996,8 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$62,7 milhões ou 6,3%. Este aumento é atribuído substancialmente ao: (i) crescimento de 9,7% nas vendas das lojas Vivara, ou R\$102,1 milhões, vindo tanto da maturação das 5 lojas abertas em 2017, quanto da expansão orgânica da Companhia de 16 lojas em 2018; e (ii) crescimento de 10,4% da receita bruta de nossas vendas online, vendas corporativas e televendas, que atingiu R\$103,9 milhões da receita bruta vindo do aperfeiçoamento dos processos e das pessoas envolvidas no desenvolvimento deste canal de vendas. Em 2018, a Companhia registrou o aumento de 2,3 % no volume de peças vendidas, enquanto o preço médio cresceu 6,7%, como resultado do crescimento de 21,3% do volume de joias, bem como pelo aumento de participação das joias nas vendas totais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados***

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$310,5 milhões comparativamente a R\$334,7 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma redução de R\$24,1 milhões ou 7,2%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representou 29,3% e 33,6% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao crescimento de venda de produtos manufaturados em prata, que possuem custo médio menor do que o custo do ouro, e à internalização da produção de alguns itens da linha *Life by Vivara* em nossa fábrica de Manaus, reduzindo o custo médio desses produtos. Adicionalmente, houve impacto não recorrente positivo de R\$ 27,7 milhões, referente a ajustes de margens nas transações entre a Conipa (indústria) e a Tellerina (varejo) em 2018, como resultado do aumento de eficiência na fábrica de Manaus, reduzindo o custo médio pontualmente e aumentando o giro do nosso estoque. É importante ressaltar que esse impacto não tem efeito caixa no balanço patrimonial da Companhia.

Receitas (despesas) operacionais***Despesas com vendas***

As despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$371,1 milhões comparativamente a R\$343,0 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$28,0 milhão ou 8,2%. As despesas com vendas representaram (35,0%) e (34,4%) da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento foi resultado de um incremento de R\$13,5 milhões em despesas com pessoal, efeito da abertura de 14 lojas durante o exercício de 2018. As despesas com aluguéis e condomínios aumentaram em R\$5,6 milhões, também como reflexo da expansão do número de lojas e do aumento de vendas das lojas existentes (parcela variável do aluguel). As despesas com serviços profissionais contratados aumentaram em R\$2,6 milhões principalmente em função de gastos com consultorias e as despesas com marketing e fretes aumentaram R\$2,4 milhões e R\$2,1 milhões, respectivamente, principalmente em função do crescimento da nossa operação de e-commerce.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$127,6 milhões comparativamente a R\$116,9 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$10,6 milhões ou 9,1%. As despesas gerais e administrativas representaram (12,0%) e (11,7%) da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento foi resultado principalmente de um incremento de R\$9,7 milhões em despesas com pessoal, efeito (i) dos reajustes de salários e adequação dos benefícios, (ii) do pagamento do programa de bonificação de 2017 e provisionamento da bonificação de 2018 e (iii) do aumento do quadro de funcionários com profissionais dedicados à implementação da estratégia digital da Companhia.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$7,6 milhões comparativamente a R\$1,3 milhão no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$6,3 milhões. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas representaram 0,7% e 0,1% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao efeito positivo reversão de provisões de processos cíveis, trabalhistas e tributários.

Lucro antes do resultado financeiro

Lucro antes do resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$257,5 milhões comparativamente a R\$203,1 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$54,4 milhões ou 26,8%. Lucro antes do resultado financeiro representou 24,3% e 20,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos acima destacados.

Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$(36,1) milhões comparativamente a R\$(32,2) milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$(3,8) milhões ou 12,0%. Resultado financeiro líquido do exercício representou (3,4)% e (3,2)% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. O crescimento das receitas financeiras entre os períodos foi de 75,6% como resultado da redução das receitas financeiras em R\$22,9 milhões, referentes majoritariamente à redução da correção monetária sobre recuperação de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores. As despesas financeiras reduziram 29,8%, ou seja R\$18,4 milhões, como efeito da redução de juros sobre empréstimos e financiamentos, reflexo da redução registrada no endividamento bruto.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social***

Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$221,4 milhões comparativamente a R\$170,9 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$50,6 milhões ou 29,6%. Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social representou 20,9% e 17,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a efeitos acima destacados.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de (R\$23,0) milhões comparativamente a R\$55,0 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$78,0 milhões ou (141,8%). Imposto de renda e contribuição social representou (2,2%) e 5,5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esta variação é atribuída substancialmente a redução de R\$23,8 milhões de impostos diferidos e a redução de R\$54,2 milhões de impostos correntes, devido a um impacto positivo de R\$66,1 milhões de recuperação de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores, referente à apuração da exclusão do ICMS presumido em função das operações realizadas na Zona Franca de Manaus.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$198,4 milhões comparativamente a R\$225,9 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma redução de R\$27,4 milhões ou 12,2%. Lucro líquido do exercício representou 18,7% e 22,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esta redução é atribuída aos efeitos acima destacados.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares)	Combinado				
	2017	AV	2016	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS	996.846	100,0%	953.070	100,0%	4,6%
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(334.653)	(33,6%)	(316.594)	(33,2%)	5,7%
LUCRO BRUTO	662.193	66,4%	636.476	66,8%	4,0%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(459.118)	(46,1%)	(441.338)	(46,3%)	4,0%
Com vendas	(343.036)	(34,4%)	(342.192)	(35,9%)	0,2%
Gerais e administrativas	(116.934)	(11,7%)	(97.277)	(10,2%)	20,2%
Resultado de equivalência patrimonial	(451)	(0,0%)	(427)	(0,0%)	5,6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.303	0,1%	(1.442)	(0,2%)	(190,4%)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	203.075	20,4%	195.138	20,5%	4,1%
RESULTADO FINANCEIRO	(32.220)	(3,2%)	(59.987)	(6,3%)	(46,3%)
Receitas financeiras	29.403	2,9%	17.013	1,8%	72,8%
Despesas financeiras	(61.623)	(6,2%)	(77.000)	(8,1%)	(20,0%)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	170.855	17,1%	135.151	14,2%	26,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	55.030	5,5%	(33.779)	(3,5%)	(262,9%)
Correntes	29.630	3,0%	(46.479)	(4,9%)	(163,7%)
Diferidos	25.400	2,5%	12.700	1,3%	100,0%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	225.885	22,7%	101.372	10,6%	122,8%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO – R\$	7,9088	NA	3,5493	NA	NA

Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços prestados

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$996,8 milhões comparativamente a R\$953,1 milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$43,8 milhões ou 4,6%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento de: (i) 1,8% da faturamento bruto, haja vista a realização de ajustes no mix de produtos ofertados; (ii) 8,9% na vendas das lojas *Life by Vivara*; e (iii) 19,8% de nossas vendas brutas do e-commerce e outros canais, ocasionado pelo esforço da Companhia em estruturar referido canal, resultando em um aumento na procura e compra de produtos ofertados pela Companhia através do e-commerce. Em 2017, realizamos expansão orgânica de 5 lojas físicas (líquida de fechamentos). Em 2017, a Companhia registrou redução de 8,0 % no volume de peças vendidas, enquanto o ticket médio cresceu 11,4%, explicado pela maior participação de produtos confeccionados em ouro nas vendas totais.

Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$334,7 milhões comparativamente a R\$316,6 milhões no mesmo período de 2016, o que representou um aumento de R\$18,1 milhões ou 5,7%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representou 33,6% e 33,2% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente (i) ao mix de produtos vendidos onde tivemos um incremento nas vendas de joias feitas com ouro, que possuem um custo médio maior do que o custo médio das joias feitas com prata, e (ii) à valorização da cotação do ouro durante o exercício em questão.

Receitas (despesas) operacionais***Despesas com vendas***

As despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$343,0 milhões comparativamente a R\$342,2 milhões no mesmo período de 2016, não apresentando variações materiais no período mencionado.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$116,9 milhões comparativamente a R\$97,3 milhões no mesmo período de 2016, o que representou

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

uma variação de R\$19,7 milhões ou 20,2%. As despesas gerais e administrativas representaram (11,7%) e (10,2%) da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. Este aumento foi resultado principalmente de um incremento de R\$9,7 milhões em despesas com pessoal, efeito, principalmente, do aumento de quadro de funcionários e remuneração dos administradores, um incremento de R\$2,4 milhões de serviços profissionais contratados, principalmente serviços de consultorias, e R\$3,4 milhões em despesas com aluguéis e condomínios, em razão de revisão contratual para recomposição de despesas de períodos anteriores.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$1,3 milhão comparativamente a R\$(1,4) milhão no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$2,7 milhões. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas representaram 0,1% e (0,2%) da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. Esta variação é atribuída substancialmente a atualizações nas provisões para riscos cíveis e trabalhistas.

Lucro antes do resultado financeiro

Lucro antes do resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$203,1 milhões comparativamente a R\$195,1 milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$7,9 milhões ou 4,1%. Lucro antes do resultado financeiro representou 20,4% e 20,5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos acima mencionados.

Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de (R\$32,2) milhões comparativamente a (R\$60,0) milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$27,8 milhões ou 46,3%. Resultado financeiro do exercício representou (3,2%) e (6,3%) da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. No período findo em 2017, a receita financeira registraram 72,8% de aumento, em relação ano anterior, em razão do efeito de correção monetária sobre recuperação de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores registrado no exercício de 2017. Em relação às despesas financeiras, foi registrado uma queda de 20% impactadas pelo decréscimo de R\$16,0 milhões em juros sobre empréstimos e financiamentos.

Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$170,9 milhões comparativamente a R\$135,1 milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$35,7 milhões ou 26,4%. Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social representou 17,1% e 14,2% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos acima mencionados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Imposto de Renda e Contribuição Social***

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$55,0 milhões comparativamente a (R\$33,8) milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$88,8 milhões ou 262,9%. Imposto de renda e contribuição social representou 5,5% e (3,5%) da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à variação positiva de R\$76,1 milhões em impostos correntes, principalmente devido a um impacto positivo em 2017 de R\$66,1 milhões de recuperação de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores referente a apuração da exclusão do ICMS presumido da Zona Franca de Manaus, e de R\$12,7 milhões em impostos diferidos.

Lucro líquido (prejuízo) do exercício

Lucro líquido (prejuízo) do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$225,9 milhões comparativamente a R\$101,4 milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$124,5 milhões ou 122,8%. Lucro líquido (prejuízo) do exercício representou 22,7% e 10,6% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos acima mencionados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO (em R\$ milhares)	Combinado								AH 1S19	AH 2018	AH 2017
	30/06/2019	AV	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	vs.2018	vs.2017	vs.2016
Caixa e equivalentes de caixa	66.725	5,3%	84.781	9,5%	124.758	14,3%	54.814	6,2%	(21,3%)	(32,0%)	127,6%
Títulos e valores mobiliários	608	0,0%	590	0,1%	-	0,0%	-	-	3,1%	NA	NA
Contas a receber	220.815	17,4%	214.981	24,2%	178.778	20,5%	313.098	35,6%	2,7%	20,3%	(42,9%)
Contas a receber partes relacionadas	3.909	0,3%	1.911	-	1.914	0,2%	1.915	0,2%	104,6%	(0,2%)	(0,1%)
Estoques	366.880	28,9%	348.290	39,1%	271.662	31,2%	310.039	35,2%	5,3%	28,2%	(12,4%)
Impostos a recuperar	62.398	4,9%	56.933	6,4%	14.221	1,6%	18.949	2,2%	9,6%	300,3%	(25,0%)
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos	14.318	1,1%	13.607	1,5%	22.835	2,6%	18.248	2,1%	5,2%	(40,4%)	25,1%
Instrumentos derivativos ativo	3.386	0,3%	4.208	0,5%	-	NA	23.723	2,7%	(19,5%)	NA	NA
Total do ativo circulante	739.039	58,3%	725.301	81,5%	614.168	70,6%	740.786	84,2%	1,9%	18,1%	(17,1%)
Títulos e valores mobiliários	-	NA	-	NA	556	0,1%	509	0,1%	NA	NA	9,2%
Depósitos judiciais	13.702	1,1%	13.309	1,5%	12.695	1,5%	10.918	1,2%	3,0%	4,8%	16,3%
Contas a receber partes relacionadas	7.150	0,6%	9.698	1,1%	11.276	1,3%	18.692	2,1%	NA	(14,0%)	(39,7%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.790	2,9%	51.729	5,8%	50.113	5,8%	24.713	2,8%	(28,9%)	3,2%	102,8%
Instrumentos derivativos ativo	4.026	0,3%	6.490	0,7%	766	0,1%	1.249	0,1%	(38,0%)	747,3%	(38,7%)
Impostos a recuperar	192.455	15,2%	33.486	3,8%	127.765	14,7%	20.944	2,4%	474,7%	(73,8%)	510,0%
Investimentos	1.939	0,2%	-	0,0%	368	0,0%	819	0,1%	NA	NA	(55,1%)
Imobilizado	264.200	20,8%	40.824	4,6%	39.042	4,5%	42.836	4,9%	547,2%	4,6%	(8,9%)
Intangível	8.458	0,7%	8.810	1,0%	13.443	1,5%	18.702	2,1%	(4,0%)	(34,5%)	(28,1%)
Total do ativo não circulante	528.720	41,7%	164.346	18,5%	256.024	29,4%	139.382	15,8%	221,7%	(35,8%)	83,7%
TOTAL DO ATIVO	1.267.759	100,0%	889.647	100,0%	870.192	100,0%	880.168	100,0%	42,5%	2,2%	(1,1%)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Combinado								AH 1S19 vs. 2018	AH 2018 vs. 2017	AH 2017 vs. 2016
	30/06/2019	AV	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV			
CIRCULANTE											
Fornecedores	38.924	3,1%	46.204	5,2%	53.721	6,2%	39.833	4,5%	(15,8%)	(14,0%)	34,9%
Empréstimos e financiamentos	150.408	11,9%	115.892	13,0%	97.827	11,2%	333.191	37,9%	29,8%	18,5%	(70,6%)
Investimentos – passivo a descoberto	-	NA	96	0,0%	-	NA	-	NA	NA	NA	NA
Partes relacionadas	691	0,1%	478	0,1%	8.268	1,0%	7.621	0,9%	44,6%	(94,2%)	8,5%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	44.068	3,5%	48.140	5,4%	39.869	4,6%	35.591	4,0%	(8,5%)	20,7%	12,0%
Obrigações tributárias	62.489	4,9%	73.608	8,3%	81.270	9,3%	66.960	7,6%	(15,1%)	(9,4%)	21,4%
Parcelamento de tributos	827	0,1%	1.224	0,1%	1.972	0,2%	2.936	0,3%	(32,4%)	(37,9%)	(32,8%)
Arrendamentos a pagar	9.162	0,7%	13.224	1,5%	11.888	1,4%	11.694	1,3%	(30,7%)	11,2%	1,7%
Instrumentos derivativos passivo	-	-	-	NA	-	0,0%	3.814	0,4%	NA	NA	(100,0%)
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	NA	8.849	1,0%	6.253	0,7%	NA	NA	41,5%
Arrendamentos direito de uso a pagar	18.751	1,5%	-	NA	-	0,0%	-	0,0%	NA	NA	NA
Outras obrigações	14.522	1,1%	17.643	2,0%	9.666	1,1%	3.418	0,4%	(17,7%)	82,5%	182,8%
Total do passivo circulante	339.842	26,8%	316.509	35,6%	313.330	36,0%	511.311	58,1%	7,4%	1,0%	(38,7%)
NÃO CIRCULANTE											
Empréstimos e financiamentos	137.340	10,8%	99.553	11,2%	196.253	22,6%	80.231	9,1%	38,0%	(49,3%)	144,6%
Parcelamento de tributos	2.156	0,2%	2.110	0,2%	4.750	0,5%	5.938	0,7%	2,2%	(55,6%)	(20,0%)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	15.855	1,3%	19.766	2,2%	29.439	3,4%	27.489	3,1%	(19,8%)	(32,9%)	7,1%
Arrendamentos direito de uso a pagar	207.695	16,4%	-	NA	-	0,0%	-	0,0%	NA	NA	NA
Outras obrigações	-	-	692	0,1%	1.346	0,2%	1.972	0,2%	NA	(48,6%)	(31,7%)
Total do passivo não circulante	363.046	28,6%	122.121	13,7%	231.788	26,6%	115.630	13,1%	197,3%	(47,3%)	100,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO COMBINADO											
Capital social	147.712	11,7%	147.712	16,6%	147.712	17,0%	147.712	16,8%	0,0%	0,0%	0,0%
Reservas de Lucro	366.722	28,9%	-	NA	-	0,0%	-	0,0%	NA	NA	NA
Lucros acumulados	55.202	4,4%	293.208	33,0%	207.782	23,9%	89.409	10,2%	(81,2%)	41,1%	132,4%
Outros resultados não abrangentes	(4.765)	(0,4%)	10.097	1,1%	(30.420)	(3,5%)	16.106	1,8%	(147,2%)	(133,2%)	(288,9%)
Total do patrimônio líquido	564.871	44,6%	451.017	50,7%	325.074	37,4%	253.227	28,8%	25,2%	38,7%	28,4%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.267.759	100,0%	889.647	100,0%	870.192	100,0%	880.168	100,0%	42,5%	2,2%	(1,1%)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS COMBINADAS DA TELLERINA E DA CONIPA EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018*****Ativo circulante***

Em 30 de junho de 2019, o ativo circulante era de R\$739,0 milhões, em comparação com R\$725,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 58,3% em 30 de junho de 2019 e 81,5% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$13,7 milhões ou 1,8%, decorreu principalmente de:

(i) aumento de R\$5,5 milhões em impostos a recuperar referentes, majoritariamente, a reclassificações que estavam consideradas em longo prazo para curto prazo; (ii) aumento de R\$18,6 milhões de estoques, em razão do crescimento orgânico da operação da Companhia, bem como, renegociações com alguns de nossos fornecedores que possibilitaram uma pequena ampliação do nosso prazo médio de pagamento; (iii) aumento de R\$5,8 milhões de contas a receber, principalmente, pelo volume menor de antecipação de recebíveis de cartão de crédito; e (iv) redução de R\$18,1 milhões no caixa da Companhia, devido a sazonalidade ocorrida no final do ano de 2018.

Ativo não circulante

Em 30 de junho de 2019, o ativo não circulante era de R\$528,7 milhões, em comparação com R\$164,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 41,7% em 30 de junho de 2019 e 18,5% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$364,4 milhões ou 221,7%, decorreu principalmente por aumento de: (i) R\$223,4 milhões em imobilizado, principalmente referente à implementação do CPC 06 (R2)/IFRS 16; e (ii) R\$159,0 milhões em impostos a recuperar, principalmente, referentes ao crédito de IRPJ e CSLL apurado através da exclusão da base de cálculo do incentivo de ICMS da ZFM, no período compreendido entre 2013 e 2016.

Especificamente sobre a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia optou pela abordagem retrospectiva modificada como método de transição em 1º de janeiro de 2019, quando a norma passou a vigorar, e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável abordagem retrospectiva, sem efeito nas informações de períodos anteriores. O efeito da adoção da norma no passivo circulante da Companhia foi R\$ 226,2 milhões, em 30 de junho de 2019, referente, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, líquido de impostos, nos quais consideramos as renovatórias, cujo prazo ocorre normalmente um ano antes do vencimento do contrato quando identificamos a “razoável certeza” da renovação.

Passivo circulante

Em 30 de junho de 2019, o passivo circulante era de R\$339,8 milhões, em comparação com R\$316,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 26,8% em 30 de junho de 2019 e 35,6% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$23,3 milhões, ou 7,4%, decorreu de: (i) aumento de R\$34,5 milhões na linha de empréstimos e financiamentos, para ajuste na estrutura de capital da Companhia; (ii) incremento de R\$14,7 milhões em arrendamentos e arrendamentos de direito de uso a pagar, referentes ao ajuste

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de IFRS 16; (iii) redução de R\$11,1 milhões com obrigações tributárias, decorrente do recolhimento de ICMS durante o primeiro semestre de 2019; (iii) redução de R\$4,1 milhões em obrigações trabalhistas e previdenciárias, decorrente principalmente do pagamento de bônus para colaboradores em junho de 2019; (iv) redução de R\$7,3 milhões em fornecedores devido a redução do prazo médio de pagamento, efeito da sazonalidade do nosso negócio; e (v) outras obrigações que aumentou em R\$ 8,0 milhões, principalmente, pelo crescimento das provisões de despesas com fretes e armazenagem e serviços terceiros.

Passivo não circulante

Em 30 de junho de 2019, o passivo não circulante era de R\$363,0 milhões, em comparação com R\$122,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 28,6% em 30 de junho de 2019 e 13,7% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$240,9 milhões ou 197,3%, pode ser atribuído substancialmente ao: (i) aumento de R\$37,8 milhões em empréstimos e financiamentos de longo prazo, para ajuste na estrutura de capital da companhia; e (ii) incremento de R\$207,7 milhões com arrendamentos de direito de uso a pagar, referentes à implementação do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Especificamente sobre a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia optou pela abordagem retrospectiva modificada como método de transição em 1º de janeiro de 2019, quando a norma passou a vigorar, e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável abordagem retrospectiva, sem efeito nas informações de períodos anteriores. O efeito da adoção da norma no Passivo Circulante da Companhia foi R\$ 226,2 milhões, em 30 de junho de 2019, referente aos arrendamentos de direito de uso de locação de imóveis representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento dos imóveis das lojas, fábrica e escritórios da Companhia. A norma não considera os aluguéis variáveis dos contratos vigentes.

Patrimônio líquido combinado

Em 30 de junho de 2019, o patrimônio líquido era de R\$564,9 milhões, em comparação com R\$451,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de R\$113,9 milhões ou 25,2%, deu-se pelos seguintes motivos: (i) aumento de R\$73,5 milhões na reserva de capital, devido aos fatos já mencionados anteriormente; e (ii) incremento de R\$45,1 milhões na reserva de lucros, devido principalmente ao efeito da distribuição de dividendos e constituição da reserva de capital, mencionada acima, parcialmente compensada pelo lucro líquido registrado no período.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS COMBINADAS DA TELLERINA DA CONIPA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R\$725,3 milhões, em comparação com R\$614,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 81,5% em 31 de dezembro de 2018 e 70,6% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R\$111,1 milhões ou 18,1%, decorreu principalmente de um aumento de: (i) R\$76,6 milhões de estoques, principalmente, como resultado da recomposição realizada durante o ano. Em 31 de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dezembro de 2017, apresentamos o nível de estoques mais baixo dos últimos três anos e em 31 de dezembro de 2018, retornamos ao nível adequado, nos preparando para um ano de crescimento de vendas mais forte; (ii) R\$42,7 milhões em impostos a recuperar, devido à reclassificação de ativos tributários de longo prazo, parcialmente utilizados para pagamento de obrigações da mesma natureza; e (iii) parcialmente compensados por uma redução de R\$9,2 milhões em despesas pagas antecipadamente, principalmente, devido a redução do volume de importação realizado, uma vez que internalizamos a produção na fábrica de Manaus de itens que antes eram importados. Em 2018, a Companhia registrou aumento nas contas a receber, em relação ao ano anterior, em razão do volume de antecipação de recebíveis, feito em 2017, que diminuiu de forma relevante o estoque de contas a receber. Ainda, na comparação entre os períodos, houve aumento no saldo de instrumentos de derivativos ativo, em razão da oscilação cambial entre os períodos, com dólar cotado a R\$ 3,3080, no final de 2017, e R\$ 3,8748, em 2018, impactando a marcação a mercado das operações em derivativos.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante era de R\$164,3 milhões, em comparação com R\$256,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 18,5% em 31 de dezembro de 2018 e 29,4% em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R\$91,7 milhões, ou 35,8%, ocorreu, principalmente, devido à redução de R\$94,3 milhões de impostos a recuperar, reclassificados para o curto prazo.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R\$316,5 milhões, em comparação com R\$313,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 35,6% em 31 de dezembro de 2018 e 36,0% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R\$3,2 milhões, ou 1%, decorreu principalmente devido: (i) ao aumento de R\$18,1 milhões em empréstimos e financiamentos, devido à amortização de dívidas bancárias, parcialmente compensada por reclassificação de parte do endividamento do passivo não circulante para o passivo circulante; (ii) a redução de R\$7,5 milhões em fornecedores, principalmente, devido à internalização da produção de alguns itens da linha *Life by Vivara*, que antes eram importados; (iii) a redução de R\$8,8 milhões em juros sobre capital próprio, devido ao não provisionamento de novos pagamentos para o exercício de 2019; e (iv) outras obrigações que aumentou em R\$ 8,0 milhões, principalmente, pelo crescimento das provisões de despesas com marketing e serviços terceiros.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante era de R\$122,1 milhões, em comparação com R\$231,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 13,7% em 31 de dezembro de 2018 e 26,6% em 31 de dezembro de 2017. Esta redução, de R\$109,7 milhões ou 47,3%, decorreu principalmente devido à redução de R\$96,7 milhões em empréstimos e financiamentos, devido a reclassificação parcial de contratos de dívida bancária para o curto prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio líquido combinado

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R\$451,0 milhões, em comparação com R\$325,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esta variação, de R\$125,9 milhões ou 38,7%, deu-se principalmente: (i) pelo aumento em R\$84,2 milhões em reserva de lucros, como reflexo dos resultados registrados no período já detalhados acima; e (ii) pela redução em R\$40,5 milhões em prejuízos acumulados, também como reflexo dos resultados registrados no período.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante era de R\$614,2 milhões, em comparação com R\$740,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 70,6% em 31 de dezembro de 2017 e 84,2% em 31 de dezembro de 2016. Esta redução, de R\$126,6 milhões ou 17,1%, decorreu principalmente pela(o): (i) redução em R\$134,3 milhões em contas a receber devido, principalmente, ao aumento do nível de antecipação de recebíveis de cartão de crédito; (ii) redução em R\$38,4 milhões em estoques, em razão do alto nível de giro de estoques que tivemos já mencionado acima; (iii) redução em R\$23,7 milhões na linha de instrumentos derivativos, devido à mudança na estratégia de *hedge* da Companhia; e (iv) aumento em R\$69,9 milhões em caixa e equivalentes de caixa, principalmente, devido à forte geração de caixa operacional do período, parcialmente compensada pelos investimentos, amortização de dívidas bancárias e distribuição de dividendos realizadas no período.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo não circulante era de R\$256,0 milhões, em comparação com R\$139,4 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 29,4% em 31 de dezembro de 2017 e 15,8% em 31 de dezembro de 2016. Este aumento, de R\$116,6 milhões ou 83,7%, pode ser atribuído substancialmente ao aumento de: (i) R\$106,8 milhões com impostos a recuperar substancialmente referentes ao crédito apurado de IRPJ e CSLL apurado através da exclusão da base de cálculo do incentivo de ICMS da ZFM, referente ao período compreendido entre 2013 e 2016; (ii) R\$25,4 milhões na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos, e (iii) redução de R\$7,4 milhões de contas a receber de partes relacionadas, principalmente, referente ao contrato de mútuo firmado com a Etna Comércio de Móveis e Artigos para Decoração S.A. Importante ressaltar que essa operação de mútuo entre a Tellerina e a Etna descrita acima foi encerrada em 2017.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante era de R\$313,3 milhões, em comparação com R\$511,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 36,0% em 31 de dezembro de 2017 e 58,1% em 31 de dezembro de 2016. Esta redução, de R\$199,0 milhões ou 38,7%, decorreu majoritariamente pelos seguintes fatores: (i) redução de R\$235,4 milhões no endividamento da Companhia por amortização de dívidas, devido à

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

forte geração de caixa operacional concatenada com as antecipações de recebíveis; (ii) aumento de R\$13,9 milhões na linha de fornecedores, principalmente, devido ao crescimento orgânico da operação e pequenos ganhos de eficiência, na medida em que a Companhia renegociou prazos de pagamento com alguns de seus fornecedores; (iii) aumento de R\$14,3 milhões com obrigações tributárias, principalmente, pelo aumento de obrigações tributárias para pagamento de ICMS; e (iv) outras obrigações que aumentou em R\$ 6,2 milhões, principalmente, pelo crescimento das provisões de despesas de marketing e despesas de terceiros.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo não circulante era de R\$231,8 milhões, em comparação com R\$115,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 26,9% em 31 de dezembro de 2017 e 13,2% em 31 de dezembro de 2016. Este aumento, de R\$116,2 milhões ou 100,5%, decorreu principalmente pelo incremento de R\$116,0 milhões no endividamento bruto da Companhia na linha de empréstimos e financiamentos de longo prazo.

Patrimônio líquido combinado

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido era de R\$325,1 milhões, em comparação com R\$253,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esta variação, de R\$71,8 milhões ou 28,4%, deu-se por principalmente pelo(a): (i) aumento de R\$117,8 milhões nas reservas de lucros, principalmente, devido à constituição de reserva de benefícios fiscais de ICMS e Lucro da Exploração, com redução de 75% do valor do IRPJ na ZFM; e (ii) redução de R\$46,5 milhões na conta de prejuízos acumulados, referentes, principalmente, ao efeito da distribuição de dividendos e constituição de reserva de benefícios fiscais, mencionada acima, parcialmente compensada pelo lucro líquido registrado no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**FLUXO DE CAIXA**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa combinada da Tellerina e da Conipa para os períodos e exercícios indicados:

Combinado								
(em R\$ milhares)	30/06/2019	30/06/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	AH 1S19 X 1S18	AH 2018 X 2017	AH 2017 X 2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.295	(21.228)	155.740	338.594	142.796	(134,4%)	(54,0%)	137,1%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(11.505)	(3.689)	(11.166)	(6.914)	(11.836)	211,9%	61,5%	(41,6%)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(13.846)	(79.334)	(184.551)	(261.736)	(168.359)	(82,5%)	(29,5%)	55,5%

PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$7,3 milhões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, comparado a um consumo de R\$21,2 milhões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018. Esta melhora na geração de caixa de R\$28,5 milhões, é justificada por: (i) um aumento no lucro líquido do exercício após ajustes para reconciliação com caixa líquido de R\$109,2 milhões, principalmente, pelo efeito do ganho da ação judicial referente a bitributação do ICMS na base do PIS/COFINS; (ii) uma variação positiva de R\$67,6 milhões em estoques devido ao crescimento menor do estoque, na comparação entre os períodos, quando a Companhia elevou seu nível de estoques para normalizar a cobertura de produtos; (iii) uma variação positiva de R\$10,7 milhões em fornecedores, devido a renegociações contratuais com fornecedores e aumento na eficiência operacional, na comparação entre os períodos; e (iv) parcialmente compensadas por uma variação negativa de R\$40,8 milhões em impostos a recuperar, devido a contabilização dos impostos a recuperar decorrentes do ganho da ação judicial referente a bitributação do ICMS na base do PIS/COFINS.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$11,5 milhões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, comparado a um consumo de R\$3,7 milhões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018. Esse aumento de R\$7,8 milhões, ou 211,9%, é justificada por um aumento de investimentos de R\$4,0 milhões em expansão de lojas fixas (ativo imobilizado) e de R\$2,0 milhões em ativos intangíveis, em decorrência do pagamento maior de luvas para as novas lojas físicas e investimentos maiores na manutenção dos sistemas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Fluxo de caixa das atividades de financiamento***

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$13,8 milhões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, comparado a um uso de R\$79,3 milhões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018. Esta redução de R\$65,5 milhões, ou 82,5%, é justificada por um aumento de R\$72,1 milhões nas captações de empréstimos, abatidas as amortizações de empréstimos, parcialmente compensado por um aumento de R\$39,9 milhões em distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio na comparação entre os períodos.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***Fluxo de caixa das atividades operacionais***

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$155,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$338,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Essa redução de R\$182,8 milhões, ou (54,0)%, é justificada por: (i) uma variação negativa de R\$169,8 milhões em contas a receber, principalmente, devido à redução no volume de antecipação de vendas de cartões de crédito; (ii) uma variação negativa de R\$116,6 milhões em estoques, devido à normalização do nível de estoques realizada durante o ano de 2018; e (iii) parcialmente compensadas por uma variação positiva de R\$133,8 milhões de impostos a recuperar, principalmente, devido ao uso de créditos tributários para pagamento de impostos diversos.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$11,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$6,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R\$4,2 milhões, ou 61,5%, é justificada por investimentos maiores na abertura de lojas físicas no ano de 2018.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$184,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$261,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Essa redução de R\$77,2 milhões, ou (29,5%), é justificada, principalmente, por uma redução de R\$71,1 milhões na distribuição de dividendos em 2018 em relação a 2017, quando distribuímos R\$72,5 milhões e R\$143,6 milhões respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016*****Fluxo de caixa das atividades operacionais***

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$338,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$142,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento de R\$195,8 milhões, ou 137,1%, é justificada por uma variação positiva de: (i) R\$133,8 milhões em contas a receber, principalmente pelo aumento do volume de antecipação de vendas de cartão de crédito em 2017 versus 2016; e (ii) R\$62,6 milhões em estoques, devido ao aumento de estoques de R\$23,8 milhões em 2016 em função do crescimento da operação e a uma redução de estoques de R\$38,7 milhões em 2017, decorrente do ganho de eficiência no giro médio por peça.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$6,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$11,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Essa redução de R\$4,9 milhões, ou 41,6%, é justificada principalmente por uma redução no investimento em aquisição de intangíveis de R\$7,3 milhões em 2016 para R\$0,6 milhão em 2017, em decorrência de investimentos pontuais em implantação de sistemas.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$261,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$168,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento de R\$93,4 milhões, ou 55,5%, é justificada, principalmente, pelo aumento na distribuição de dividendos em R\$95,5 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi através de suas lojas físicas espalhadas por 90% do território nacional (23 estados mais o Distrito Federal) que foram responsáveis por 90% da receita líquida acumulada neste período e através das vendas realizadas pela operação de e-commerce, responsável por cerca de 6% da receita líquida acumulada neste período. A concentração é na região Sudeste do país onde também está a maior parte do PIB brasileiro.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores: inflação, desemprego, crédito ao consumidor, valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$) e a volatilidade no preço das commodities ouro e prata que são os principais insumos do processo produtivo. Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores: benefícios fiscais, inflação, desemprego, crédito ao consumidor, valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$) e a volatilidade no preço das commodities ouro e prata que são os principais insumos do processo produtivo.

A Companhia está inserida no segmento de varejo e nossas operações consistem principalmente na venda de joias confeccionada com ouro e prata, relógios, perfumes e acessórios diversos. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e sofrem impacto por fatores como:

(i) Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores: Nossa indústria de varejo é sensível a reduções no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que nos anos de 2016, 2017 e 2018 apresentou variação de -3,6%, 1,0% e 1,1%, respectivamente, refletem uma queda na perspectiva econômica do país. A taxa média anual de desemprego no Brasil também é um bom indicador macroeconômico que reflete possíveis oscilações de demandas do país.

(ii) Inflação: Apesar de não atribuímos o impacto da inflação diretamente em nossa receita, podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários e contratos de aluguéis, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 3,75%, 2,95% e 6,3% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, respectivamente. Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 10.2(b) e 10.2(c) deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(iii) Dólar: A taxa de câmbio afeta os nossos resultados operacionais já que muitos produtos que comercializamos possuem componentes importados de forma que seus custos variam com a variação do câmbio como, por exemplo, pedras preciosas, e uma parte significativa dos nossos insumos são denominados em dólar. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, o dólar apresentou variação ao ano de 17,1%, 1,5% e -16,5%, respectivamente. Para mais informações sobre os impactos da variação da taxa de câmbio na nossa receita, vide item 10.2(b) deste Formulário de Referência.

(iv) Comportamento de compra do consumidor: Estamos constantemente pesquisando quais são as demandas dos nossos clientes e quais tendências podem refletir em possíveis mudanças de comportamento de compra. Realizamos pesquisas de tendências, inovações e satisfação com nossos consumidores e potenciais consumidores também para entender onde podemos melhorar nossa oferta de produtos e o serviço que prestamos para continuar entregando a melhor experiência de compra possível. As pesquisas de tendências realizadas buscam entender os fatores pessoais, sociais e culturais que podem interferir no comportamento de compra do consumidor.

(v) O custo dos nossos principais insumos: Nossos principais insumos, ouro, prata e pedras preciosas, são *commodities*, cujos preços flutuam no mercado global e podem adversamente afetar as nossas vendas, margens e lucro líquido, caso não consigamos repassar aumentos nos preços para os nossos clientes ou caso tais aumentos resultem numa redução nas nossas vendas.

(vi) Benefícios fiscais: Os benefícios fiscais possuem relação direta com o preço praticado na venda de nossos produtos e, caso os incentivos sejam suspensos, modificados, cancelados, revogados, não sejam renovados ou prorrogados, nossa situação financeira pode ser afetada adversamente.

Adicionalmente, para maiores informações sobre os benefícios fiscais da Companhia, sugerimos a consulta ao item 7.3 deste Formulário de Referência.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Historicamente, temos sido capazes de repassar para nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossos produtos. Tais variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária que afetem o setor em que atuamos, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio, cotação de *commodities* (ouro e prata), taxa de inflação ou na taxa de juros.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra dos nossos consumidores, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação, cotação de metais preciosos e dólar são periodicamente repassadas para nossos clientes. Um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos nossos produtos. Já um aumento significativo do dólar norte americano ou da cotação de ouro, por exemplo, encareceria os nossos produtos, com efeito negativo sobre sua demanda. Por outro lado, uma redução dos mesmos índices tornaria esses produtos mais baratos, estimulando mais suas vendas. Finalmente, a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas receitas com revenda de mercadorias.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, tampouco no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 6.5 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, tampouco no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor****(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Os Diretores informam que a Companhia adotou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Dessa forma, os saldos do exercício findo em 30 de junho de 2019 estão sendo apresentados com os respectivos reflexos contábeis dessa adoção. A Administração decidiu adotar a abordagem retrospectiva modificada como método de transição em 1º de janeiro de 2019, e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável.

CPC 06(R2) – Operações de arrendamento mercantil

CPC 06(R2) - Operações de arrendamento mercantil, que substitui o CPC 06(R1) - Operações de arrendamento mercantil, elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e arrendamentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019. Além disso, a norma exige o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e um passivo financeiro relativo aos de alugueis futuros descontados a valor presente para praticamente todos os contratos de arrendamento.

Despesas com arrendamento operacional são substituídas por despesas de depreciação relacionadas ao direito de uso e despesas de juros relacionadas ao passivo de arrendamento. Anteriormente, as Empresas reconheciam principalmente despesas de arrendamento operacional pelo método linear pelo prazo do arrendamento e reconhecia os ativos e os passivos somente na medida em que houvesse uma diferença de tempo entre os pagamentos reais do arrendamento e o período de competência da despesa de aluguel. Assim, indicadores de desempenho como o EBITDA ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization") e, em menor medida, o resultado operacional serão positivamente impactados; inversamente, o resultado financeiro será afetado negativamente.

Por fim, o lucro líquido também será afetado, pois a despesa total de arrendamento (despesa de depreciação somada despesa financeira) é geralmente maior no início do contrato e diminui ao longo do tempo, ao contrário de um encargo linear sob o padrão atual. Adicionalmente, o caixa líquido das atividades operacionais será maior, uma vez que os pagamentos em dinheiro pela parte principal do passivo de arrendamento e os juros relacionados serão classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A adoção da norma CPC 06(R2) afetou principalmente o reconhecimento de arrendamentos operacionais para as lojas das Empresas.

A Administração decidiu adotar a abordagem retrospectiva modificada como método de transição em 1º de janeiro de 2019, e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável.

A Administração optou em aplicar as duas isenções de reconhecimento propostas pela norma nos seguintes contratos: (i) locações de bens de curto prazo (inferior ou igual a doze meses); e (ii) arrendamentos de propriedade relacionados a ativos de baixo valor ou com valores variáveis.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Aluguéis não incluídos na avaliação inicial do passivo (por exemplo, aluguéis variáveis) são classificados como despesas operacionais, assim como os encargos relacionados a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou com valores variáveis.

O prazo do arrendamento é o período legalmente aplicável do contrato e levou em conta as opções de rescisão e renovação por vias judiciais, cujo uso pelas Empresas é razoavelmente certo.

Os fluxos de pagamentos de aluguéis são ajustados a valor presente, considerando o prazo remanescente de cada contrato, e aplicando taxa de desconto que corresponde às cotações de mercado nas datas iniciais de cada um dos contratos de arrendamento e equivalente às captações com montantes que representam o total de investimentos para abertura de novas lojas. A taxa de desconto foi construída pela taxa real de desconto correspondente as cotações de mercado (referência em% do CDI), adicionando o spread e reduzindo as garantias de conforme taxas de mercado dos principais bancos com os quais a companhia opera. Foi considerada curva de taxa do CDI futura em função dos diferentes prazos de amortização dos contratos de arrendamento.

As Empresas detinham 234 contratos de compromissos de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2018 e destes, 165 contratos foram classificados como direito de uso de locação na adoção inicial.

Mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso

Dos contratos que foram escopo da norma, a Administração do Grupo considerou como componente de arrendamentos somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. Em 1º de janeiro de 2019, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, líquido de impostos, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a política interna do Grupo, cujo prazo ocorre normalmente um ano antes do vencimento do contrato quando identificamos a "razoável certeza" da renovação.

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Administração do Grupo optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, com isso mantendo o mesmo valor do passivo inicial de arrendamento.

Em 1º de janeiro de 2019, a Administração do Grupo reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento ao valor presente de R\$226.195.

A seguir segue demonstração dos efeitos da adoção inicial nos saldos iniciais de balanço do Grupo:

Combinado	Saldos apresentados em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Saldos iniciais ajustados 01/01/2019
Ativo circulante	725.301	-	725.301
Ativo não circulante	164.346	226.446	390.792
Passivo circulante	316.509	18.751	335.260
Passivo não circulante	122.121	207.695	329.816
Patrimônio líquido	451.017	-	451.017

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

A adoção da norma CPC 06(R2)/IFRS 16 afetou principalmente o reconhecimento de arrendamentos operacionais para as lojas das Empresas. Os Diretores da Companhia informam que, exceto pelo indicado acima na letra (a), por não haver mudanças relevantes nas práticas contábeis, eventuais impactos de divulgação ou valores já foram considerados nas próprias demonstrações financeiras.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referente ao período findo em 30 de junho de 2019 não possuem ressalvas ou ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como IFRS e BR GAAP.

A Administração considera uma prática contábil crítica quando ela é importante para retratar a situação financeira da Companhia e requer julgamentos e estimativas complexos ou significativos.

Na elaboração das demonstrações financeiras, realizamos estimativas e julgamentos que afetam os montantes de ativos, passivos, receitas e despesas divulgadas com base em nossa experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes e que acreditamos serem razoáveis diante das circunstâncias. Por isso, os resultados finais podem ser diferentes daqueles estimados.

A Administração revisa as demonstrações financeiras para assegurar que informações são precisas e transparentes relativas às condições econômicas vigentes e ao ambiente de negócios.

Práticas Contábeis Críticas

As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, combinadas e consolidadas, da Companhia.

a) Valor justo de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está demonstrada na NE 3c de nossa demonstração financeira consolidada.

A Administração determina o valor justo de instrumentos financeiros através da marcação a mercado disponibilizada pelos bancos e entende que tais valores refletem a posição de mais segura do valor das dívidas financeiras da Companhia. Adicionalmente, em função do previsto no IFRS 9/CPC 48 a Administração julgou importante reconhecer, através de outros resultados abrangentes, o valor justo de recebíveis para os quais a Companhia já realizou ou tem intenção de realizar a antecipação com instituições financeiras e adquirentes.

b) Redução ao valor recuperável ("impairment")

Anualmente é realizada análise dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia a fim de determinar se existe evidência ou expectativa de que um ativo possa ter sofrido perda por redução ao valor recuperável.

Para determinar o valor em uso de um ativo a Companhia calcula os fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a atual avaliação do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo em análise. A Administração avalia seus ativos de acordo com as unidades geradoras de caixa, quais sejam os pontos de vendas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Quando houver indicação de perda ao valor recuperável de um ativo é reconhecida no resultado uma provisão, com base no maior dos valores entre: o valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso deduzido do valor residual do ativo.

c) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são registrados com base no lucro líquido anual de acordo com a legislação fiscal vigente na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração financeira, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros, bem como exclui itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes e considerando os diferentes benefícios fiscais aplicados a cada entidade. A empresa Conipa, que opera na Zona Franca de Manaus detém benefício fiscal do Lucro da Exploração que prevê redução de 75% da base de cálculo do imposto de renda. Maiores informações sobre os benefícios fiscais estão contidas na NE 3n de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Impostos diferidos

Os efeitos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases tributáveis de ativos e passivos são diferidos e reconhecidos com relação ao imposto de renda e à contribuição social diferidos até o valor considerado razoável, de acordo com a sua realização esperada. Os valores de impostos diferidos são reconhecidos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Administração revisa anualmente os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos a fim de verificar se a sua recuperabilidade é possível com base no cálculo de resultados futuros baseados nos orçamentos e expectativas de resultados tributáveis dos exercícios subsequentes.

d) Provisões

As provisões são reconhecidas no resultado quando um evento passado resulta em uma obrigação presente, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação. A administração valida e aprova o reconhecimento das provisões.

e) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A provisão para riscos cíveis (de processos de não consumidores), trabalhistas e tributários é realizada com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, que avaliam a probabilidade de perda e estimam os valores prováveis de pagamentos, para cada uma das ações individualmente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os riscos de processos cíveis de origem de consumidores são provisionados considerando o valor médio de pagamentos efetivos do histórico dos últimos 24 meses em processos dessa natureza. A provisão contábil é calculada e reconhecida através do montante encontrado pelo produto do número de ações de consumidores em andamento multiplicado pela média histórica de pagamentos.

A Administração revisa e valida essas premissas anualmente na data da apresentação das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019. Em função da adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a Companhia classificou seus contratos de arrendamento e conforme previsto na norma contábil aplicou a isenção do reconhecimento do ativo e passivo de arrendamento referente aos contratos de alugueis variáveis ou de curto prazo e para tais contratos manteve o registro como despesa operacional.

Em 31 de dezembro de 2018 havia 235 contratos de arrendamento mercantil dos quais 70 foram classificados como despesa operacional, em função do pagamento de aluguel ser variável, incidente sobre as vendas, sem valor mínimo garantido.

Os compromissos futuros oriundos dos contratos vigentes, considerando o valor do aluguel pago referente ao mês de junho de 2019 são:

<u>Vencimento</u>	Combinado Valor
2019	4.277
2020	7.742
2021	7.522
2022	7.042
2023	3.297
Total	29.880

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras combinadas das subsidiárias da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras combinadas das subsidiárias da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras combinadas das subsidiárias da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras combinadas das subsidiárias da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 - Plano de Negócios****(a) Investimentos****(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos**

No resultado acumulado de 30 de junho de 2019, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível somaram R\$10,7 milhões, incluindo a abertura de 6 novas lojas e maiores investimentos em luvas (pagamento adiantado para garantir a exploração do ponto comercial por período definido) para a abertura dessas lojas físicas e em sistemas.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, sempre que necessário, por realização de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços**(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Ao longo do item 10, foram apresentadas as informações financeiras combinadas das subsidiárias da Companhia, quais sejam a Tellerina e a Conipa.

Abaixo, apresentamos, com base as informações consolidadas da Emissora, referentes ao período entre 23 de maio de 2019 e 30 de junho de 2019, as Demonstrações do Resultado e o Balanço Patrimonial:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE 23 DE MAIO (DATA DE CONSTITUIÇÃO) A 30 DE JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Consolidado 30/06/2019
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS	102.055
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(27.541)
LUCRO BRUTO	74.514
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	
Despesas com vendas	(32.728)
Despesas gerais e administrativas	(13.526)
Resultado de equivalência patrimonial	(21)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	104.778
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	133.017
RESULTADO FINANCEIRO	
Receitas financeiras	51.748
Despesas financeiras	(7.977)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	176.788
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
Correntes	(34.547)
Diferidos	(16.488)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	125.753

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2019**

(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado
<u>ATIVO</u>	<u>30/06/2019</u>
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	66.725
Títulos e valores mobiliários	608
Contas a receber	220.815
Contas a receber partes relacionadas	3.909
Estoques	366.880
Impostos a recuperar	62.398
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos	14.318
Instrumentos derivativos ativo	<u>3.386</u>
Total do ativo circulante	<u>739.039</u>
NÃO CIRCULANTE	
Depósitos judiciais	13.702
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.790
Instrumentos derivativos ativo	4.026
Contas a receber partes relacionadas	7.150
Impostos a recuperar	192.455
Investimentos	1.939
Imobilizado	264.200
Intangível	<u>8.458</u>
Total do ativo não circulante	528.720

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Consolidado 30/06/2019
CIRCULANTE	
Fornecedores	38.924
Empréstimos e financiamentos	150.408
Partes relacionadas	691
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	44.068
Obrigações tributárias	62.489
Parcelamento de tributos	827
Arrendamentos a pagar	9.162
Arrendamentos direito de uso a pagar	18.751
Outras obrigações	<u>14.522</u>
Total do passivo circulante	<u>339.842</u>
NÃO CIRCULANTE	
Empréstimos e financiamentos	137.340
Parcelamento de tributos	2.156
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	15.855
Arrendamentos direito de uso a pagar	<u>207.695</u>
Total do passivo não circulante	<u>363.046</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	651.909
Reservas de lucros	8.335
Lucros acumulados	(90.608)
Outros resultados abrangentes	<u>(4.765)</u>
Total do patrimônio líquido	564.871
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.267.759